



PREGÃO ELETRÔNICO Nº 001/2024
PROCESSO ADMINISTRATIVO 755/2024
MUNICÍPIO DE PANAMÁ – Secretaria Municipal de Saúde

Objeto: **Aquisição de medicamentos em geral para atender às necessidades das Unidades de Saúde que compõem a Rede de Atenção à Saúde do Município de Panamá, a Assistência Farmacêutica Básica e Assistência Farmacêutica do Centro de Saúde sob responsabilidade da Secretaria Municipal de Saúde que atendem as Ações e Serviços da Assistência Integral a Saúde.**

Recebimento Proposta: 15h:00min do dia 05/06/2024 às 08h:00min do dia 14/06/2024 as 08h:30min.

Abertura e Julgamento: 09h00min às 09h15min do dia 14 de junho de 2024.

Início da Sessão de Disputa: 09h15min do dia 14 de junho de 2024.

Local: Portal: Bolsa de Licitações do Brasil – BLL www.bll.org.br

Torna-se público, por meio do Pregoeiro e Equipe de Apoio, para conhecimento dos interessados, que o **Fundo Municipal de Saúde do Município de Panamá**, pessoa jurídica de direito público, inscrita no **CNPJ (MF) 11.244.505/0001-18**, com sede na Avenida Getúlio Vargas, 540 – Centro – CEP 75.580-000, Panamá, Goiás, e-mail: licitacao@panama.go.gov.br, através da **Secretaria Municipal de Saúde** realizará licitação para **REGISTRO DE PREÇOS**, na modalidade **PREGÃO**, na forma **ELETRÔNICO**, do tipo **Menor Preço por Item**.



1 - FUNDAMENTAÇÃO LEGAL:

Lei Federal nº 14.133, de 01 de abril de 2021, Lei de Licitações e Contratos e as exigências estabelecidas neste Edital.

Instrução Normativa SLTI/MP nº 01, de 19 de janeiro de 2010, que “Dispõe sobre os critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, contratação de serviços ou obras pela Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional e dá outras providências.”;

Lei Complementar Federal nº 123, de 14 de dezembro de 2006, que “Institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte; altera dispositivos das Leis no 8.212 e 8.213, ambas de 24 de julho de 1991, da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1º de maio de 1943, da Lei no 10.189, de 14 de fevereiro de 2003, da Lei Complementar no 63, de 11 de janeiro de 1990; e revoga as Leis no 9.317, de 5 de dezembro de 1996, e 9.841, de 5 de outubro de 1999.”;

Lei Complementar Federal nº 147, de 07 de agosto de 2014, que “Altera a Lei Complementar no 123, de 14 de dezembro de 2006.

2 - DO OBJETO:

2.1 - O objeto da presente licitação é a escolha da proposta mais vantajosa para **aquisição de medicamentos em geral para atender às necessidades das Unidades de Saúde que compõem a Rede de Atenção à Saúde do Município de Panamá, a Assistência Farmacêutica Básica e Assistência Farmacêutica do Centro de Saúde sob responsabilidade da Secretaria Municipal de Saúde que atendem as Ações e Serviços da Assistência Integral a Saúde, bem como especificações e quantidades constantes neste documento**, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital com as características descritas no Termo de Referência deste Edital.

2.2 – A licitação será realizada por item.

2.3 O critério de julgamento adotado será o **menor preço por item**, observadas as exigências contidas neste Edital e seus Anexos quanto às especificações do objeto.



3. DO CREDENCIAMENTO:

3.1 Poderão participar desta Licitação todas e quaisquer empresas ou sociedades, regularmente estabelecidas no País, que sejam especializadas e credenciadas no objeto desta licitação e que satisfaçam todas as exigências, especificações e normas contidas neste Edital e seus Anexos.

3.2. Poderão participar deste Pregão Eletrônico as empresas que apresentarem toda a documentação por ela exigida para respectivo cadastramento junto à Bolsa de Licitações e Leilões.

3.3 É vedada a participação de empresa em forma de consórcios ou grupos de empresas.

3.4. Não poderão participar desta licitação os interessados:

- a) Pessoa física;
- b) Que não atendam às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);
- c) Consórcio de empresas ou grupos de empresas, quaisquer que sejam sua forma de constituição, sejam controladoras, coligadas ou subsidiárias;
- d) Que estejam sob falência, concurso de credores, concordata ou em processo de dissolução ou liquidação;
- e) Estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;
- f) Empresa que tenha sido declarada inidônea por órgão ou entidade da administração pública direta ou indireta, federal, estadual, municipal ou Distrito Federal ou que esteja cumprindo período de suspensão no âmbito da administração municipal;
- g) Que se enquadrem nas vedações previstas **no artigo 14 da Lei nº 14.133, de 2021**;
- h) Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou do fornecimento do objeto servidor ou dirigente de órgão ou entidade contratante ou responsável pela licitação.



I. Considera-se servidor público aquele que exerce, mesmo que transitoriamente ou sem remuneração, cargo, função ou emprego público.

II. Equipara-se a servidor público quem exerce cargo, emprego ou função em entidade paraestatal, assim consideradas, além das fundações, empresas públicas e sociedades de economia mista, as demais entidades sob controle, direto ou indireto, do Poder Público.

3.5 O licitante deverá estar credenciado, de forma direta ou através de empresas associadas à Bolsa de Licitações do Brasil, até no mínimo uma hora antes do horário fixado no edital para o recebimento das propostas.

3.6 O cadastramento do licitante deverá ser requerido acompanhado dos seguintes documentos:

- a) Instrumento particular de mandato outorgando à operador devidamente credenciado junto à Bolsa, poderes específicos de sua representação no pregão, conforme modelo fornecido pela Bolsa de Licitações do Brasil- ANEXO 03 e 04;
- b) Declaração de seu pleno conhecimento, de aceitação e de atendimento às exigências de habilitação previstas no Edital, conforme modelo fornecido pela Bolsa de Licitações do Brasil – ANEXO 10;
- c) Especificações do produto objeto da licitação em conformidade com edital, constando preço, marca e modelo e em caso de itens específicos mediante solicitação do Pregoeiro no ícone ARQ, inserção de catálogos do fabricante. “A empresa participante do certame não deve ser identificada”.

3.7 O custo de operacionalização e uso do sistema, ficará a cargo do Licitante vencedor do certame, que pagará a Bolsa de Licitações do Brasil, provedora do sistema eletrônico, o equivalente ao percentual estabelecido pela mesma sobre o valor contratual ajustado, a título de taxa pela utilização dos recursos de tecnologia da informação, em conformidade com o regulamento operacional da BLL – Bolsa de Licitações do Brasil, ANEXO 5;

3.8 A microempresa ou empresa de pequeno porte, além da apresentação da declaração constante no ANEXO 09 para fins de habilitação, deverá, quando do cadastramento da proposta inicial de preço a ser digitado no sistema, verificar nos



dados cadastrais se assinalou o regime ME/EPP no sistema conforme o seu regime de tributação para fazer valer o direito de prioridade do desempate. Art. 44 e 45 da LC 123/2006.

4 - REGULAMENTO OPERACIONAL DO CERTAME:

4.1 – DA CONDUÇÃO DO CERTAME:

4.1.1 - O certame será conduzido pelo Pregoeiro, com o auxílio da equipe de apoio, que terá, em especial, as seguintes atribuições:

- a) acompanhar os trabalhos da equipe de apoio;
- b) responder as questões formuladas pelos fornecedores, relativas ao certame;
- c) abrir as propostas de preços;
- d) analisar a aceitabilidade das propostas;
- e) desclassificar propostas indicando os motivos;
- f) conduzir os procedimentos relativos aos lances e à escolha da proposta do lance de menor preço;
- g) verificar a habilitação do proponente classificado em primeiro lugar;
- h) declarar o vencedor;
- i) receber, examinar e decidir sobre a pertinência dos recursos;
- j) elaborar a ata da sessão;
- k) encaminhar o processo à autoridade superior para homologar e autorizar a contratação;
- l) abrir processo administrativo para apuração de irregularidades visando a aplicação de penalidades previstas na legislação.

4.1.2. Iniciada a Sessão, todas as comunicações entre licitantes e pregoeiro serão realizadas somente via chat do sistema de gerenciamento do certame, com acesso a todos os participantes.

4.2 - CREDENCIAMENTO NO SISTEMA LICITAÇÕES DA BOLSA DE LICITAÇÕES E LEILÕES:

4.2.1 As pessoas jurídicas ou firmas individuais interessadas deverão nomear através do instrumento de mandato com firma reconhecida, operador devidamente credenciado em qualquer empresa associada à Bolsa de Licitações do Brasil, atribuindo poderes para formular lances de preços e praticar todos os demais atos e operações no site: www.bll.org.br.

4.2.2 A participação do licitante no pregão eletrônico se dará por meio de participação direta ou através de empresas associadas à BLL – Bolsa de Licitações do Brasil, a qual deverá manifestar, por meio de seu operador designado, em



campo próprio do sistema, pleno conhecimento, aceitação e atendimento às exigências de habilitação previstas no Edital.

4.2.3 O acesso do operador ao pregão, para efeito de encaminhamento de proposta de preço e lances sucessivos de preços, em nome do licitante, somente se dará mediante prévia definição de senha privativa.

4.2.4 A chave de identificação e a senha dos operadores poderão ser utilizadas em qualquer pregão eletrônico, salvo quando canceladas por solicitação do credenciado ou por iniciativa da BLL - Bolsa De Licitações do Brasil.

4.2.5 É de exclusiva responsabilidade do usuário o sigilo da senha, bem como seu uso em qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo a BLL - Bolsa de Licitações do Brasil a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

4.2.6 O credenciamento do fornecedor e de seu representante legal junto ao sistema eletrônico implica a responsabilidade legal pelos atos praticados e a presunção de capacidade técnica para realização das transações inerentes ao pregão eletrônico.

4.3 – DA PARTICIPAÇÃO:

4.3.1 - A participação no Pregão, na Forma Eletrônica se dará por meio da digitação da senha pessoal e intransferível do representante credenciado (operador da corretora de mercadorias) e subsequente encaminhamento da proposta de preços, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, observados data e horário limite estabelecido.

4.3.2 - Caberá ao fornecedor acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou da desconexão do seu representante;

4.3.3 - O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluía a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.



4.3.4 - Poderão participar deste Pregão ME/EPP interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação.

4.3.5 – A presente licitação não será exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos do art. 48 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 e alterações do art. 48 da Lei Complementar 147, de 7 de agosto de 2014.

4.3.6 - Qualquer dúvida em relação ao acesso no sistema operacional, poderá ser esclarecida ou através de uma empresa associada ou pelos telefones: Curitiba-PR (41) 3097-4600, ou através da Bolsa de Licitações do Brasil ou pelo e-mail contato@bll.org.br.

5 - DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO:

5.1 - Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema, concomitantemente com os documentos de habilitação exigidos no edital, proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio dessa documentação.

5.2 - O envio da proposta, acompanhada dos documentos de habilitação exigidos neste Edital, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.

5.3 - As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da LC nº 123, de 2006.

5.4 - Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

5.5 - Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema;



5.6 - Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.

5.7 - Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do Pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

6 - DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA:

6.1 - O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

6.1.1 - Valor unitário e total do item;

6.1.2 O valor deverá ser expresso em reais (R\$), até duas casas decimais;

6.1.2 – Marca do produto;

6.1.3 - Descrição detalhada do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência: indicando, no que for aplicável, número do registro ou inscrição do bem no órgão competente, quando for o caso, vedada a identificação do licitante;

6.2 - Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.

6.3 - Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais, adaptação e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos materiais.

6.4 - Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

6.5 - Os preços propostos serão de exclusiva responsabilidade do licitante, cabendo-lhe dimensionar e equacionar os componentes do preço ofertado, inclusive encargos trabalhistas, sociais e tributos incidentes, não podendo o licitante alegar posteriormente desconhecimentos de fatos, erros, omissão no preenchimento da planilha, como fundamento para solicitar reequilíbrio econômico-financeiro da proposta/contrato.



6.6 - O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

6.7 - O licitante deverá declarar, para o item, em campo próprio do sistema BLL, se o produto ofertado é manufaturado nacional beneficiado por um dos critérios de margem de preferência indicados no Termo de Referência.

6.8 - Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

6.9 - O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a fiscalização do Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

6.10. O orçamento estimado pela administração tem caráter sigiloso, de acordo com o art. 24, da Lei 14.133/21, cujas justificativas do sigilo estão descritas no Termo de Referência.

7 - DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES:

7.1 - A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

7.2 - O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis ou não apresentem as especificações técnicas exigidas no Termo de Referência.

7.2.1 - Também será desclassificada a proposta que identifique o licitante.

7.2.2 - A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

7.2.3 - A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.



7.2.4 - O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

7.3 - O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

7.4 - Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

7.4.1 - O lance deverá ser ofertado pelo valor *unitário do item*.

7.5 - Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

7.6 - O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

7.7 - O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser R\$ 0,01 (um centavo).

7.8 - O intervalo entre os lances enviados pelo mesmo licitante poderá variar conforme o pregão e objeto licitado, quando o Pregoeiro definir uma margem de lance para esse lote.

7.9 - *Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa "aberto", em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.*

7.10 - *A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.*

7.11 - *A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.*

7.12 - *Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente.*



7.13 - Encerrada a fase competitiva sem que haja a prorrogação automática pelo sistema, poderá o Pregoeiro, assessorado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da sessão pública de lances, em prol da consecução do melhor preço.

7.14 - Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

7.15 - Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

7.16 - No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

7.17 - Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

7.18 - O Critério de julgamento adotado será o **menor preço por item**, conforme definido neste Edital e seus anexos.

7.19 - Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

7.20 – Em relação aos itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da LC nº 123, de 2006 e sua regulamentação.

7.21 - Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor



proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

7.22 - A melhor classificada nos termos do item anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

7.23 - Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

7.24 - No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

7.25 - Quando houver propostas beneficiadas com as margens de preferência em relação ao produto estrangeiro, o critério de desempate será aplicado exclusivamente entre as propostas que fizerem jus às margens de preferência, conforme regulamento.

7.26 - A ordem de apresentação pelos licitantes é utilizada como um dos critérios de classificação, de maneira que só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

7.27 - Em igualdade de condições, se não houver desempate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

I - empresas estabelecidas no território do Estado de Goiás;

II - empresas brasileiras;

III - empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;



IV - empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

7.28 - Em caso de empate entre duas ou mais propostas, serão utilizados os seguintes critérios de desempate, nesta ordem:

I - disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

II - avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

III - desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme Decreto nº 11.430, de 2023.

IV - desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

7.29 - Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o Pregoeiro deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital.

7.29.1 - A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

7.29.2 - O Pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de **02 (duas) horas** envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

7.30 - Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

8 - DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA:

8.1 - Encerrada a etapa de negociação, o Pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade



do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos.

8.2. Serão desclassificadas as propostas que:

- I - contiverem vícios insanáveis;
- II - não obedecerem às especificações técnicas pormenorizadas no edital;
- III - apresentarem preços inexequíveis ou permanecerem acima do orçamento estimado para a contratação;
- IV - não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
- V - apresentarem desconformidade com quaisquer outras exigências do edital, desde que insanável.

8.2.1. A verificação da conformidade das propostas poderá ser feita exclusivamente em relação à proposta mais bem classificada.

8.2.2. O Pregoeiro, em nome da Administração, poderá realizar diligências para aferir a exequibilidade das propostas ou exigir dos licitantes que ela seja demonstrada, conforme disposto no subitem IV do item 8.2., acima.

8.3 - Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita.

8.5 - Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.

8.6 - A Administração poderá realizar diligências para aferir a exequibilidade das propostas ou exigir dos licitantes que ela seja demonstrada, conforme disposto no inciso IV do art. 59, da Lei 14.133/21.

8.6.1 - Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo Pregoeiro, destacam-se os que contenham as características dos equipamentos ofertados, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, além de



outras informações pertinentes, a exemplo de catálogos, folhetos ou propostas, encaminhados por meio eletrônico, ou, se for o caso, por outro meio e prazo indicados pelo Pregoeiro, sem prejuízo do seu ulterior envio pelo sistema eletrônico, sob pena de não aceitação da proposta.

8.6.2 - Caso a compatibilidade com as especificações demandadas, sobretudo quanto a padrões de qualidade e desempenho, não possa ser aferida pelos meios previstos nos subitens acima, o Pregoeiro exigirá que o licitante classificado em primeiro lugar disponibilize o acesso a amostra, sob pena de não aceitação da proposta, no local a ser indicado e dentro de 03 (três) dias úteis contados da solicitação.

8.6.2.1 - Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação da amostra, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

8.6.2.2 - Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

8.6.2.3 - Serão avaliados os seguintes aspectos e padrões mínimos de aceitabilidade:

8.6.2.4 - No caso de não haver disponibilização de acesso à amostra ou ocorrer atraso nessa disponibilização, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro, ou havendo amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

8.6.2.5 - Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

8.6.2.6 - Os licitantes deverão colocar à disposição da Administração todas as condições indispensáveis à realização de vistorias da amostra e fornecer, sem ônus, os manuais impressos em língua portuguesa, necessários ao seu perfeito manuseio, quando for o caso.

8.7 - Caso a proposta classificada em primeiro lugar tenha se beneficiado da aplicação da margem de preferência, o Pregoeiro solicitará ao licitante que envie imediatamente, por meio eletrônico, com posterior encaminhamento por via postal, o documento comprobatório da caracterização do produto manufaturado nacional.



8.8 - O licitante que não apresentar o documento comprobatório, ou cujo produto não atender aos regulamentos técnicos pertinentes e normas técnicas brasileiras aplicáveis, não poderá usufruir da aplicação da margem de preferência, sem prejuízo das penalidades cabíveis.

8.8.1 - Nessa hipótese, bem como em caso de inabilitação do licitante, as propostas serão reclassificadas, para fins de nova aplicação da margem de preferência.

8.9 - Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

8.10 - Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a sua continuidade.

8.11 - O Pregoeiro poderá encaminhar, por meio do sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que apresentou o lance mais vantajoso, com o fim de negociar a obtenção de melhor preço, vedada a negociação em condições diversas das previstas neste Edital.

8.11.1 - Também nas hipóteses em que o Pregoeiro não aceitar a proposta e passar à subsequente, poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor.

8.11.2 - A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

8.12 – No item, não exclusivo para a participação de microempresas e empresas de pequeno porte, sempre que a proposta não for aceita, e antes de o Pregoeiro passar à subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso.

8.13 - Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o Pregoeiro verificará a habilitação do licitante, observado o disposto neste Edital.

9 - DA HABILITAÇÃO:

9.1 - Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto



à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

9.1.1 - Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do Tribunal de Contas da União (<https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/>)

9.1.2 - A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

9.1.2.1 - Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

9.1.2.2 - A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

9.1.2.3 - O licitante será convocado para manifestação previamente à sua desclassificação.

9.1.3 - Constatada a existência de sanção, o Pregoeiro reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.

9.1.4 - No caso de inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos Arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

9.2 - Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, o licitante será convocado a encaminhá-los, em formato digital, via e-mail, no prazo de **02 (duas) horas**, sob pena de inabilitação.

9.3 - Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.4 - Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.4.1 - Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.



9.5 - Ressalvado o disposto no item 5.3, os licitantes deverão encaminhar, nos termos deste Edital, a documentação relacionada nos itens a seguir, para fins de habilitação.

9.6. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:

I - complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame;

II - atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

9.6.1. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de licitação poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado registrado e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

9.6 - Habilitação jurídica:

9.6.1 - No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.6.2 - Em se tratando de microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br;

9.6.3 - No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;



9.6.4 - Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência;

9.6.5 - No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

9.6.6 - No caso de cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971;

9.6.7 - No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: decreto de autorização;

9.6.8 - Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva;

9.7 - Regularidade fiscal e trabalhista:

9.7.1 - Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

9.7.2

9.7.2 - Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional.

9.7.3 - Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9.7.4 - Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a justiça do trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;



9.7.5 - Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.7.6 - Prova de regularidade fiscal para com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede da licitante, expedida pelo órgão competente;

9.7.7 - Prova de regularidade com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do licitante, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

9.7.8 - Caso o licitante seja considerado isento dos tributos estaduais relacionados ao objeto licitatório, deverá comprovar tal condição mediante declaração da Fazenda Estadual do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei;

9.7.9 - Caso o licitante detentor do menor preço seja qualificado como microempresa ou empresa de pequeno porte deverá apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição, sob pena de inabilitação.

9.7.10 - A licitante melhor classificada deverá, também, apresentar a documentação de regularidade fiscal das microempresas e/ou empresas de pequeno porte que serão subcontratadas no decorrer da execução do contrato, ainda que exista alguma restrição, aplicando-se o prazo de regularização previsto no art. 4º, §1º do Decreto nº 8.538, de 2015.

9.8 - Qualificação Econômico-Financeira:

9.8.1 - Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica;

9.8.2 - No caso de certidão positiva de recuperação judicial ou extrajudicial, o licitante deverá apresentar a comprovação de que o respectivo plano de recuperação foi acolhido judicialmente, na forma do art. 58, da Lei n.º 11.101, de 09 de fevereiro de 2005, sob pena de inabilitação, devendo, ainda, comprovar todos os demais requisitos de habilitação;

9.8.3 - Aplica-se o entendimento do subitem anterior, amparado pelo entendimento do Tribunal de Contas da União, no Acórdão n.º 5686/2017 -



Primeira Prefeitura, que "a vedação da participação de empresas em recuperação judicial, com plano de recuperação acolhido judicialmente, e empresas em recuperação extrajudicial, com plano de recuperação homologado judicialmente, em certames licitatórios, está em desacordo com o entendimento do TCU (Acórdão n. 658/2017 - Plenário) e da AGU (Parecer n. 4/2015/CPLC/DEPCONSU/PGF/AGU);

9.8.4 - Igualmente, o Superior Tribunal de Justiça, aderindo ao entendimento do Parecer nº 04/2015/CPLC/DEPCONSU/PGF/AGU, proferiu recente decisão no sentido de que a exigência de apresentação de certidão negativa de recuperação judicial deve ser relativizada, a fim de possibilitar à empresa em recuperação judicial participar de licitações públicas, desde que demonstre, na fase de habilitação, a sua capacidade econômica, nos seguintes termos:

ADMINISTRATIVO. LICITAÇÃO. EMPRESA EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL. PARTICIPAÇÃO. POSSIBILIDADE. CERTIDÃO DE FALÊNCIA OU CONCORDATA. INTERPRETAÇÃO EXTENSIVA. DESCABIMENTO. APTIDÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA. COMPROVAÇÃO. OUTROS MEIOS. NECESSIDADE.

1. Conforme estabelecido pelo Plenário do STJ, "aos recursos interpostos com fundamento no CPC/1973 (relativos a decisões publicadas até 17 de março de 2016) devem ser exigidos os requisitos de admissibilidade na forma nele prevista, com as interpretações dadas até então pela jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça" (Enunciado Administrativo n. 2).

2. Conquanto a Lei n. 11.101/2005 tenha substituído a figura da concordata pelos institutos da recuperação judicial e extrajudicial, o art. 31 da Lei n. 8.666/1993 não teve o texto alterado para se amoldar à nova sistemática, tampouco foi derogado.

3. À luz do princípio da legalidade, "é vedado à Administração levar a termo interpretação extensiva ou restritiva de direitos, quando a lei assim não o dispuser de forma expressa" (Ag Rg no RMS 44099/ES, Rel. Min. BENEDITO GONÇALVES, PRIMEIRA TURMA, julgado em 03/03/2016, DJe 10/03/2016).

4. Inexistindo autorização legislativa, incabível a automática inabilitação de empresas submetidas à Lei n. 11.101/2005 unicamente pela não apresentação de certidão negativa de recuperação judicial, principalmente considerando o disposto no art. 52, I, daquele normativo, que prevê a possibilidade de contratação com o poder público, o que, em regra geral, pressupõe a participação prévia em licitação.



5. O escopo primordial da Lei n. 11.101/2005, nos termos do art. 47, é viabilizar a superação da situação de crise econômico-financeira do devedor, a fim de permitir a manutenção da fonte produtora, do emprego dos trabalhadores e dos interesses dos credores, promovendo, assim, a preservação da empresa, sua função social e o estímulo à atividade econômica.

6. A interpretação sistemática dos dispositivos das Leis n 14.133/21 e n. 11.101/2005 leva à conclusão de que é possível uma ponderação equilibrada dos princípios nelas contidos, pois a preservação da empresa, de sua função social e do estímulo à atividade econômica atendem também, em última análise, ao interesse da coletividade, uma vez que se busca a manutenção da fonte produtora, dos postos de trabalho e dos interesses dos credores.

7. A exigência de apresentação de certidão negativa de recuperação judicial deve ser relativizada a fim de possibilitar à empresa em recuperação judicial participar do certame, desde que demonstre, na fase de habilitação, a sua viabilidade econômica.

8. Agravo conhecido para dar provimento ao recurso especial. (STJ, Primeira Turma, AREsp 309867 / ES, Rel. Min. Gurgel de Faria, DJe 08/08/2018. Julgado em 26/06/2018).

9.8.5 - As certidões que não possuem prazo de validade, somente serão aceitas com data de emissão não superior a 60 (sessenta) dias, com exceção da certidão expedida pela junta comercial correspondente que será aceita com data de emissão de até 90 (noventa) dias.

9.8.5.1 - Excetua-se do prazo acima mencionado, os documentos cuja validade é indeterminada;

9.9 - Qualificação Técnica:

9.9.1 - Alvará de Funcionamento;

9.9.2 - Autorização de Funcionamento de Empresa - AFE expedido pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária-ANVISA do Ministério da Saúde, em plena validade (Portaria nº 802/98 MS). Considera-se também como prova de autorização de funcionamento da empresa licitante, a publicidade da resolução no Diário Oficial da União acompanhada pelo detalhamento da AFE;



9.9.3 - Autorização Especial (AE) expedido pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária do Ministério da Saúde, em plena validade e a publicidade da resolução no Diário Oficial da União, acompanhada pelo detalhamento da AE;

9.9.4 -Licença Sanitária de titularidade da empresa licitante, dentro de seu prazo de validade, expedido pelo Órgão competente da esfera estadual ou municipal da sede do licitante, compatível com o objeto licitado;

9.9.5 - Certidão de Regularidade Técnica junto ao Conselho Regional de Farmácia, juntamente com a certidão de quitação da anuidade do responsável técnico, bem como, da empresa farmacêutica ou empresa distribuidora;

9.9.6 - Registro do produto, emitido pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA, dentro do prazo de validade com sua indicação em publicação de forma clara e precisa através de marcador, indicando o item cotado, exceto para produtos classificados como suplementos vitamínicos e minerais, de acordo com a RDC Nº 27/10.

9.9.7 - Apresentar Prova de "CAPACIDADE TÉCNICA" constituída por no mínimo 01 (um) atestado de entidade pública ou privada para a qual a empresa comprove ter fornecido os equipamentos/materiais descritos e que guarde semelhanças com o objeto licitado, bem como contenha informações que viabilizem a execução de diligências para aferir as informações constantes no mesmo, tais como telefone, e-mail, endereço, etc.

9.9.8. Declarações, assinadas por representante legal da proponente, de que:

- a) Não foi declarada inidônea para licitar por nenhum órgão federal, estadual ou municipal, conforme modelo do ANEXO 06;
- b) Não há superveniência de fato impeditiva para a habilitação da proponente, sob as penas cabíveis, nos termos da Lei 14.133/21, conforme modelo do ANEXO 07;
- c) A empresa atende ao disposto no Art. 7º, inciso XXXIII da Constituição Federal (Lei 9.854 de 27/10/99), conforme modelo do ANEXO 08;

9.9.8.1 Os documentos exigidos para habilitação poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada, publicação em órgão da imprensa oficial ou ainda em cópia simples, a



ser autenticada pelo Pregoeiro/Equipe de Apoio, mediante conferência com os originais, não sendo aceito qualquer documento em papel termo sensível (Fac-símile). As cópias deverão ser apresentadas perfeitamente legíveis.

9.9.8.2 - A falta de quaisquer dos documentos exigidos no Edital implicará inabilitação da licitante, sendo vedada, sob qualquer pretexto, a concessão de prazo para complementação da documentação exigida para a habilitação, salvo previsão no edital.

9.9.8.3 - Os documentos de habilitação deverão estar em nome da licitante, com o número do CNPJ e respectivo referindo-se ao local da sede da empresa licitante. Não se aceitará, portanto, que alguns documentos se refiram à matriz e outros à filial, salvo disposição contrária prevista em lei. Caso o licitante seja a Matriz e a executora dos serviços seja a filial, os documentos referentes à habilitação deverão ser apresentados em nome de ambas, simultaneamente.

9.10 - O licitante enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da: (a) da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal e (b) da apresentação do balanço patrimonial e das demonstrações contábeis do último exercício, vez que, a apresentação do Certificado de Condição de Microempreendedor Individual – CCMEI supre as exigências de inscrição nos cadastros fiscais, na medida em que essas informações constam no próprio Certificado.

9.11 - A existência de restrição relativamente à regularidade fiscal e trabalhista não impede que a licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte seja declarada vencedora, uma vez que atenda a todas as demais exigências do edital.

9.11.1 - A declaração do vencedor acontecerá no momento imediatamente posterior à fase de habilitação.

9.12 - Caso a proposta mais vantajosa seja ofertada por licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, e uma vez constatada a existência de alguma restrição no que tange à regularidade fiscal e trabalhista, a mesma será convocada para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, após a declaração do vencedor, comprovar a regularização. O prazo poderá ser prorrogado por igual período, a



critério da administração pública, quando requerida pelo licitante, mediante apresentação de justificativa.

9.13 - A não-regularização fiscal e trabalhista no prazo previsto no subitem anterior acarretará a inabilitação do licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultada a convocação dos licitantes remanescentes, na ordem de classificação. Se, na ordem de classificação, seguir-se outra microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa com alguma restrição na documentação fiscal e trabalhista, será concedido o mesmo prazo para regularização.

9.14 - Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a continuidade da mesma.

9.15 - Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.

9.16 - Nos itens não exclusivos a microempresas e empresas de pequeno porte, em havendo inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

9.17 - Constatado o atendimento às exigências de habilitação fixadas no Edital, o licitante será declarado vencedor.

10 - DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA:

10.1 - A proposta final do licitante declarado vencedor deverá ser encaminhada no prazo de **02 (duas) horas**, a contar da solicitação do Pregoeiro no sistema eletrônico e deverá:

10.1.1 - ser redigida em língua portuguesa, datilografada ou digitada, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pelo licitante ou seu representante legal.



10.1.2 - Descrição detalhada do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência: indicando, no que for aplicável, o modelo, prazo de validade ou de garantia, número do registro ou inscrição do bem no órgão competente, quando for o caso.

10.1.3 - conter a indicação do banco, número da conta e agência do licitante vencedor, para fins de pagamento.

10.2 - A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e aplicação de eventual sanção à Contratada, se for o caso.

10.2.1 - Todas as especificações do objeto contidas na proposta, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, vinculam a Contratada.

10.3 - Os preços deverão ser expressos em moeda corrente nacional, o valor unitário em algarismos e o valor total em algarismos e por extenso.

10.3.1 - Ocorrendo divergência entre os preços unitários e o preço global, prevalecerão os primeiros; no caso de divergência entre os valores numéricos e os valores expressos por extenso, prevalecerão estes últimos.

10.4 - A oferta deverá ser firme e precisa, limitada, rigorosamente, ao objeto deste Edital, sem conter alternativas de preço ou de qualquer outra condição que induza o julgamento a mais de um resultado, sob pena de desclassificação.

10.5 - A proposta deverá obedecer aos termos deste Edital e seus Anexos, não sendo considerada aquela que não corresponda às especificações ali contidas ou que estabeleça vínculo à proposta de outro licitante.

10.6 - As propostas que contenham a descrição do objeto, o valor e os documentos complementares estarão disponíveis na internet, após a homologação.

11 - DOS RECURSOS:

11.1 - Declarado o vencedor e decorrida a fase de verificação de regularização fiscal e trabalhista da licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, se for o caso, será concedido o prazo de no mínimo quinze minutos, para que qualquer licitante manifeste a intenção de recorrer, de forma motivada,



isto é, indicando contra qual(is) decisão(ões) pretende recorrer e por quais motivos, em campo próprio do sistema.

11.2. Declarada vencedora a licitante, os demais licitantes terão até **30 (trinta) minutos** para manifestarem intenção de recurso, devidamente motivado, via chat no sistema;

11.2 - Havendo quem se manifeste, caberá o Pregoeiro verificar a tempestividade e a existência de motivação da intenção de recorrer, para decidir se admite ou não o recurso, fundamentadamente.

11.2.1 - Nesse momento o Pregoeiro não adentrará no mérito recursal, mas apenas verificará as condições de admissibilidade do recurso.

11.2.2 - A falta de manifestação motivada do licitante quanto à intenção de recorrer importará a decadência desse direito.

11.2.3 - Uma vez admitido o recurso, o recorrente terá, a partir de então, o prazo de três dias úteis para apresentar as razões, pelo sistema eletrônico, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões também pelo sistema eletrônico, em outros três dias, que começarão a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

11.3 - O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

11.4 - Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, no endereço constante neste Edital.

12 - DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA:

12.1 - A sessão pública poderá ser reaberta:

12.1.1 - Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.



12.1.2 - Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da LC nº 123/2006. Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

12.2 - Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.

12.2.1 - A convocação se dará por meio do sistema eletrônico ("chat"), e-mail, ou, ainda, fac-símile, de acordo com a fase do procedimento licitatório.

13 - DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO:

13.1 - Encerradas as fases de julgamento e habilitação, e exauridos os recursos administrativos, o processo licitatório será encaminhado à autoridade superior, que poderá:

I - determinar o retorno dos autos para saneamento de irregularidades;

II - revogar a licitação por motivo de conveniência e oportunidade;

III - proceder à anulação da licitação, de ofício ou mediante provocação de terceiros, sempre que presente ilegalidade insanável;

IV - adjudicar o objeto e homologar a licitação.

14 - DO TERMO DE CONTRATO OU INSTRUMENTO EQUIVALENTE:

14.1 - Após a homologação da licitação, em sendo realizada a contratação, será firmado Termo de Contrato ou emitido instrumento equivalente.

14.2 - O adjudicatário terá o prazo de 02 (dois) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato ou aceitar instrumento equivalente, conforme o caso (Nota de Empenho/Carta Contrato/Autorização), sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

14.2.1 - Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato ou aceite do instrumento



equivalente, a Administração poderá encaminhá-lo para assinatura ou aceite da Adjudicatária, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja assinado ou aceito no prazo de 02 (dois) dias, a contar da data de seu recebimento.

14.2.2 - O prazo previsto no subitem anterior poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

14.3 - O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida à empresa adjudicada, implica no reconhecimento de que:

14.3.1 - referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições no art. 95, da Lei 14.133/21;

14.3.2 - a contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas no edital e seus anexos;

14.4 - A contratada reconhece que as hipóteses de extinção do contrato são aquelas previstas nos artigos 137 a 139 da Lei 14.133/21 e reconhece os direitos da Administração previstos na mesma Lei.

14.5 - O prazo de vigência da contratação, se houver, é conforme previsão no instrumento contratual ou no termo de referência.

14.6 - Previamente à contratação a Administração realizará consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018, e nos termos do art. 6º, III, da Lei nº 10.522, de 19 de julho de 2003, consulta prévia ao CADIN.

14.6.2 - Na hipótese de irregularidade do registro no SICAF, o contratado deverá regularizar a sua situação perante o cadastro no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, sob pena de aplicação das penalidades previstas no edital e anexos, ou apresentar a documentação ao pregoeiro.

14.7 - Na assinatura do contrato, será exigida a comprovação das condições de habilitação consignadas no edital, que deverão ser mantidas pelo licitante durante a vigência do contrato.



14.8 - Será facultado à Administração, quando o convocado não assinar o termo de contrato ou não aceitar ou não retirar o instrumento equivalente no prazo e nas condições estabelecidas, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a celebração do contrato nas condições propostas pelo licitante vencedor e demais regras previstas no art. 90, da Lei 14.133/21.

15 - DO RECEBIMENTO DO OBJETO E DA FISCALIZAÇÃO:

15.1 - Os critérios de recebimento e aceitação do objeto e de fiscalização estão previstos no Termo de Referência.

16 - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA:

16.1 - As obrigações da Contratante e da Contratada são as estabelecidas no Termo de Referência.

17 - DO PAGAMENTO:

17.1 - As regras acerca do pagamento são as estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Edital.

18. DO REAJUSTE

18.1. Os preços são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.

18.1.1. Dentro do prazo de vigência do contrato e mediante solicitação da contratada, os preços contratados poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano, aplicando-se o índice IPCA exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

18.2. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

18.3. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica a CONTRATADA obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

18.4. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.



18.5. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

18.6. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

18.7. O reajuste será realizado por apostilamento

19 - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS:

19.1 - O licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações:

I - dar causa à inexecução parcial do contrato;

II - dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

III - dar causa à inexecução total do contrato;

IV - deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

V - não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

VI - não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

VII - ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

VIII - apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

IX - fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

X - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

XI - praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

XII - praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.



19.2 - Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances.

19.3 – Poderão ser aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas as seguintes sanções, as quais estarão detalhadas no termo de referência:

I - advertência;

II - multa;

III - impedimento de licitar e contratar;

IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

§ 1º Na aplicação das sanções serão considerados:

I - a natureza e a gravidade da infração cometida;

II - as peculiaridades do caso concreto;

III - as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

IV - os danos que dela provierem para a Administração Pública;

V - a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

19.4 - A sanção prevista no tópico I, do item 19.3 será aplicada exclusivamente pela infração administrativa prevista no inciso I do caput do art. 155, da Lei 14.133/21, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

19.5. A sanção prevista do tópico II, do item 19.3., calculada na forma do edital ou do contrato, não será inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta e será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no art. 155, da Lei 14.133/21.

19.6. A sanção prevista no tópico III, do item 19.3., será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do



art. 155, da Lei 14.133/21, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

19.7. A sanção prevista no tópico IV, do item 19.3., será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do caput do art. 155, da Lei 14.133/21, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do referido artigo que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no § 4º deste artigo, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

19.8. As sanções previstas nos tópicos I, III e IV do item 19.3. poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista no inciso II do caput deste artigo.

19.9. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

19.10. Na aplicação da sanção prevista no tópico II, do item 19.3. será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

19.11. A aplicação das sanções previstas nos tópicos III e IV, do item 19.3. requererá a instauração de processo de responsabilização, a ser conduzido por comissão composta de 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o contratado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

19.12 - Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado,



para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização – PAR.

19.13 - A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

19.14 - O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

19.15 - Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

19.16 - A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante/adjudicatário.

19.17 - A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

19.18 - As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

19.19 - As sanções por atos praticados no decorrer da contratação estão previstas no Termo de Referência.

20 - DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO:

20.1 - Até 03 (três) dias úteis antes da data designada para a abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar este Edital.

20.2 - A impugnação poderá ser realizada por forma eletrônica, pelo e-mail licitacao@panama.go.gov.br, ou por petição dirigida ou protocolada no endereço



Rua Maria Heliodora, Qd. 09 Lt. 01, S/nº - Centro, Panamá – Goiás, CEP 75.580-000, seção de Licitações e Contratos.

20.3 - Caberá ao Pregoeiro, auxiliado pelos responsáveis pela elaboração deste Edital e seus anexos, decidir sobre a impugnação no prazo de até dois dias úteis contados da data de recebimento da impugnação.

20.4 - Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

20.5 - Os pedidos de esclarecimentos referentes a este processo licitatório deverão ser enviados ao Pregoeiro, até 03 (três) dias úteis anteriores à data designada para abertura da sessão pública, exclusivamente por meio eletrônico via internet, no endereço indicado no Edital.

20.6 - As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

20.6.1 - A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo Pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

20.7 - As respostas aos pedidos de esclarecimentos serão divulgadas pelo sistema e vincularão os participantes e a administração.

21 - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:

21.1 - Da sessão pública do Pregão divulgar-se-á Ata no sistema eletrônico.

21.2 - Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

21.3 - Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília – DF.

21.4 - No processo destinado ao julgamento das propostas e à habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas,



dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

21.5 - A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

21.6 - As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

21.7 - Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

21.8 - Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

21.9 - O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

21.10 - Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

21.11 - O Edital está disponibilizado, na íntegra, no endereço eletrônico www.bll.org.br, <https://panama.go.gov.br/licitacoes>, e nos dias úteis, mesmo endereço e período no qual os autos do processo administrativo permanecerão com vista franqueada aos interessados.

21.12 - Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

21.12.1 - ANEXO I - Termo de Referência;

21.12.2 - ANEXO II – Modelo de proposta;

21.12.3 - ANEXO III – Termo de Adesão – BLL

21.12.4 – ANEXO IV – Anexo Termo de Adesão – BLL

21.12.5 - ANEXO V – Custo pela utilização do sistema;

21.12.6 - ANEXO VI – Declaração Inidoneidade

21.12.7 - ANEXO VII – Declaração Habilitação



21.12.8 - ANEXO VIII – Declaração menor de idade;

21.12.09 - ANEXO IX – Declaração ME/EPP

21.12.10 - ANEXO X – Declaração Responsabilidade

21.12.11 - ANEXO XI – Declaração Vínculo

21.12.12 - ANEXO XII – Minuta de Contrato

PANAMÁ – Goiás, 20 de maio de 2024.

EDUARDO SOUSA SILVA
AGENTE DE CONTRATAÇÃO



TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO

1.1. Contratação da aquisição de medicamentos em geral, com entrega parcelada, para atender às necessidades das Unidades de Saúde que compõem a Rede de Atenção à Saúde do Município de Panamá, a Assistência Farmacêutica Básica e Assistência Farmacêutica do Centro de Saúde sob responsabilidade da Secretaria Municipal de Saúde que atendem as Ações e Serviços da Assistência Integral a Saúde, conforme especificações e quantidades estabelecidas abaixo:

1.2.

ITEM	UNIDADE	DESCRIÇÃO	TOTAL
01	Ampola	Acetilcisteína 100 mg/ml solução injetável ampola 3 ml	300 ampolas
02	Comprimido	Aciclovir 400mg Comprimido	1.000 cpr.
03	Tubo	Aciclovir 50mg/g Creme dermatológico 10gr.	50 bg
04	Comprimido	Ácido Acetilsalicílico 100mg Comprimido tamponado. Ref. = Somalgin cardio	1.500 cpr.
05	Comprimido	Ácido Acetilsalicílico 100mg Comprimido. Ref. = AS-Med	68.000 cpr.
06	Comprimido	Ácido Fólico 5 mg comprimido	9.500 cpr.
07	Ampola	Ácido Ascórbico (Vitamina C) 500mg/5ml - Injetável.	3.000 amp.
08	Ampola	Ácido Tranexâmico 50mg/ml Sol. Inj. 5ml. Ref. = Transamin	400 amp.
09	Comprimido	Ácido Valproico 576 mg (equivalente a 500 mg de ácido valpróico) Comp. Ref. = Valproato de sódio	6.000 cpr.
10	Ampola	Adenosina 3 mg /ml solução injetável ampola 2 mL.	300 amp.
11	Comprimido	Albendazol 400 mg comprimido mastigável.	1.000 cpr.



12	Frasco	Albendazol 40 mg/ml susp. Oral 10 MI	400 fr.
13	Ampola	Aminofilina 24mg/ml Sol. Injetável 10ml IV/IM. Ref. = Aminofilina	200 amp.
14	Frasco	Amoxicilina 50 mg/ml pó p/ susp. oral 60ml. Ref. = Amoxicilina	350 fr.
15	Cápsula	Amoxicilina 500 mg cápsula gel dura	16.000 cps.
16	Ampola	Ampicilina 1g Pó para Sol. Injetável 3 mL Ref. = Ampicilina	50 fr. Amp.
17	Comprimido	Aripiprazol 10 mg comprimido. Ref. = Aripiprazol. MANDADO DE SEGURANÇA.	500 cpr.
18	Comprimido	Atenolol 50mg Comprimido	80.000 cpr.
19	Frasco	Azitromicina Susp. Oral 40mg/ml frasco 15 ml	100 fr.
20	Comprimido	Azitromicina 500mg Comp. Ref. = Azitromicina	2.000 cpr.
21	Frasco	Benzilpenicilina Benzatina 1.200.000 UI Pó para Susp. Inj. Uso IM. Ref. = Bepeden	550 fr. Amp.
22	Frasco	Benzilpenicilina Benzatina 600.000 UI Pó para Susp. Inj. Uso IM. Ref. = Bepeden	300 fr. Amp.
23	Comprimido	Besilato de Anlodipino 5 mg comp.	63.200 cpr.
24	Comprimido	Besilato de Levanlodipino 2,5 mg comprimido. Ref. : Novanlo	1.000 cpr.
25	Frasco	Bicarbonato de Sódio 50 mg/ml (5%) solução injetável frasco 250 ml	35 frascos
26	Frasco	Bicarbonato de Sódio 84 mg/ml (8,4%) solução injetável frasco 250 ml	35 frascos
27	Comprimido	Bissulfato de Clopidogrel 75 mg comp. Ref. = Plaquetel	400 cpr.
28	Frasco	Brometo de Ipratrópio 0,25 mg/ml (equivalente a 0,202 mg/ml de ipratrópio) Sol. Inal. 20ml gotas.	100 fr.
29	Ampola	Butilbrometo de Escopolamina 20 mg/ml sol. Inj.	800 amp.
30	Ampola	Butilbrometo de escopolamina 4 mg/ml + Dipirona sódica monoidratada 500 mg/ml sol. Injetável ampola 5 ml. Ref. : Hiospan Composto	2.500 amp.



31	Frasco	Bromoprida 4 mg/ml sol. Oral 20 ml	100 fr.
32	Ampola	Bromoprida 5 mg/ml sol. Inj. Amp. 2 ml	800 amp.
33	Comprimido	Captopril 25 mg Comp. Ref. = Captopril	48.000 cpr.
34	Comprimido	Carbamazepina 200 mg comprimido.	12.600 cpr.
35	Comprimido	Carbamazepina 400 mg comprimido.	6.000 cpr.
36	Comprimido	Carbonato de Lítio 300 mg comprimido.	20.500cpr.
37	Pote	Carvão Ativo (em pó) P.A. pó p/ susp. Oral	02 pt.
38	Comprimido	Carvedilol 3,125 mg comprimido.	1.000 cpr.
39	Comprimido	Cefalexina 500 mg comprimido. Ref. = Cefalexina	8.640 cpr.
40	Frasco	Cefalexina 50 mg/ml pó p/ susp. Oral 60 mL. Ref. = Cefalexina	180 fr.
41	Frasco ampola	Cefalotina 1 G pó p/ sol. Injetável frasco ampola.	400 fr. Amp.
42	Frasco ampola	Ceftriaxona 1 G pó p/ sol. Injetável EV. Ref. = Triaxon	3.000 fr. Amp.
43	Tubo	Cetoconazol 20 mg/g (2%) creme dermatológico 30 g. Ref= Cetoconazol	200 bg.
44	Ampola	Cimetidina 150 mg/ml solução injetável ampola 2 ml	1.000 amp.
45	Comprimido	Cinazina 75 mg comprimido. Ref. = Fluxon	14.500 cpr.
46	Ampola	Citrato de Fentanila 78,5 mcg/ml sol. Inj. Ampola 10 mL.	200 amp.
47	Comprimido	Clobazam 20 mg comprimido. Ref. : Urbanil.	500 cpr.
48	Comprimido	Clonazepam 2 mg comprimido. Ref. = Clonazepam	9.600 cpr.
49	Frasco	Clonazepam 2,5 mg/ml sol. Oral 20 ml	200 fr.



50	Sachê	Cloreto de sódio 3,5 g + Glicose 20 g + Citrato de sódio 2,9 g + Cloreto de Potássio 1,5 g – Sais para reidratação oral 27,9 g – pó p solução oral	2.000 sachês
51	Ampola	Cloreto de Potássio 10% solução injetável ampola 10 ml	120 amp.
52	Ampola	Cloreto de Potássio 19,1% solução injetável ampola 10 ml	120 amp.
53	Comprimido	Cloridrato de Amantadina 100 mg comprimido. Ref. = Mantidan	2.000 cpr.
54	Frasco	Cloridrato de Ambroxol 7,5 mg/ml sol. Oral. Ref. = Fluibron	15 fr.
55	Frasco	Cloridrato de Ambroxol 6mg/ml xarope adulto 120 ml.	600 fr.
56	Frasco	Cloridrato de Ambroxol 3mg/ml xarope pediátrico 120 ml.	250 fr.
57	Ampola	Cloridrato de Amiodarona 50 mg/ml sol. Injetável.	400 amp.
58	Comprimido	Cloridrato de Amiodarona 200 mg comprimido. Ref. = Amioron	8.500 cpr.
59	Comprimido	Cloridrato de Amitriptilina 25 mg comprimido. Ref. = Amitriptilina	15.000 cpr.
60	Comprimido	Cloridrato de Ciprofloxacino 500 mg comprimido. Ref. = Ciprofloxacino	5.300 cpr.
61	Comprimido	Cloridrato de Clindamicina 300 mg comprimido.	1.000 cpr.
62	Comprimido	Cloridrato de Clorpromazina 100 mg comprimido. Ref= Clorpromaz	3.600 cpr.
63	Ampola	Cloridrato de Clorpromazina 5 mg/ml sol. Injetável 5 ml. Ref. = Clorpromaz	100 amp.
64	Ampola	Cloridrato de Dobutamina 12,5 mg/ml sol. Injetável EV 20 mL.	200 amp.
65	Ampola	Cloridrato de Dopamina 5mg/ml sol. Injetável 10 mL. Ref. = Dopamina	200 amp.
66	Cápsula	Cloridrato de Duloxetina 100 mg cápsula dura. Ref. = Velija.	500 cpr.
67	Cápsula	Cloridrato de Duloxetina 30 mg cápsula dura. Ref: Velija	1.000 cpr.



68	Cápsula	Cloridrato de Duloxetina 60 mg cápsula dura. Ref. = Velija.	2.300 cpr.
69	Ampola	Cloridrato de Etilefrina 10 mg/ml sol. Injetável.	100 amp.
70	Ampola	Cloridrato de Hidralazina 20 mg/ml sol. Injetável. Ref. = Nepresol	300 amp.
71	Cápsula	Cloridrato de Fluoxetina 20 mg cápsula gel dura.	34.560 cps.
72	Tubo	Cloridrato de Lidocaína geléia 2% com 30 gramas. Ref. = Lidogel	100 bg.
73	Comprimido	Cloridrato de Memantina 10 mg comprimido.	1.000 cpr.
74	Comprimido	Cloridrato de Metformina 850 mg comprimido. Ref. = Metformina	87.800 cpr.
75	Ampola	Cloridrato de Metoclopramida 5 mg/ml sol. Injetável amp. 2 mL. Ref. = Noprosil	480 amp.
76	Comprimido	Cloridrato de Metoclopramida 10 mg comprimido. Ref. = Plasil	1.500 cpr.
77	Frasco	Cloridrato de Metoclopramida 4 mg/ml gotas 10 mL.	100 fr.
78	Ampola	Cloridrato de Midazolam 5 mg/ml sol. Injetável 10 mL.	100 amp.
79	Ampola	Cloridrato de Ondansetrona 2 mg/ml sol. Injetável ampola 2 mL.	2.500 amp.
80	Comprimido	Cloridrato de Paroxetina 25 mg comprimido de liberação prolongada . Ref. : Pondera XR	500 cpr.
81	Comprimido	Cloridrato de Paroxetina 50 mg comprimido de liberação prolongada . Ref. : Pondera XR	500 cpr.
82	Comprimido	Cloridrato de Sertralina 25 mg comprimido.	500 cpr.
83	Comprimido	Cloridrato de Sertralina 50 mg comprimido.	1.000



84	Comprimido	Cloridrato de Sertralina 100 mg comprimido. Ref : Assert	500 cpr.
85	Ampola	Cloridrato de Petidina 50 mg/ml sol. Injetável ampola 2 mL.	100 amp.
86	Ampola	Cloridrato de Prometazina 25 mg/ml sol. Injetável ampola 2 mL. Ref. = Prometazol	1.200 amp.
87	Comprimido	Cloridrato de Propranolol 40 mg comprimido. Ref. = Propranolol	18.000 cpr.
88	Frasco	Cloridrato de Proximetacaína 5 mg/ml sol. Oftálmica frasco 5 ml. Ref. = Anestalcon	24 fr.
89	Ampola	Cloridrato de Tramadol 50 mg/ml sol. Injetável ampola 2 mL. Ref. = Tramadol	800 amp.
90	Comprimido	Cloridrato de Trazodona 150 mg comprimido. Ref. : Donaren	500 cpr.
91	Ampola	Cloridrato de Vancomicina 500 mg + Diluyente 10 mL sol. Injetável EV.	100 fr. Amp.
92	Comprimido	Cloridrato de Venlafaxina 150 mg comprimido.	500 cpr.
93	Comprimido	Cloridrato de Venlafaxina 37,5 mg comprimido. Ref. : Venlift OD	500 cpr.
94	Comprimido	Cloridrato de Venlafaxina 75 mg comprimido. Ref. : Venlift OD	500 cpr.
95	Comprimido	Clortalidona 25 mg comprimido. Ref. = Neolidona	3.000 cpr.
96	Tubo	Colagenase com Cloranfenicol (0,6 U/g + 0,01 g/g) 30 g pom. Dermatológica. Ref. = Colagenase	240 bg.
97	Tubo	Colagenase 0,6 U/g 30 g pom. Dermatológica. Ref. = Kollagenase	240 bg.
98	Frasco	Colecalciferol (Vitamina D3) 3.300 UI/ml solução gotas frasco 20 MI. Ref. : Addera D3	100 frascos
99	Ampola	Complexo vitamínico B (nicotinamina + fosfato sódico de riboflavina + dexpantenol + Cloridrato de Tiamina + Cloridrato de Piridoxina) sol. Injetável ampola 2 mL. Ref. = Hyplex B	4.000 amp.
100	Comprimido	Dapaglifozina 10 mg comprimido. Ref: Forxiga	1.500 cpr.



101	Ampola	Decanoato de Haloperidol 50 mg/mL sol. Injetável IM ampola 1 mL.	30 amp.
102	Ampola	Deslanosídeo 0,2 mg/ml sol. Injetável ampola 2 mL.	100 amp.
103	Tubo	Dexametasona 1 mg/g creme dermatológico 10 g.	500 bg.
104	Comprimido	Diazepam 10 mg comprimido.	18.000 cpr.
105	Ampola	Diazepam 5 mg/ml sol. Injetável ampola 2 mL.	200 amp.
106	Comprimido	Diazepam 5 mg comprimido.	3.000 cpr.
107	Ampola	Diclofenaco de Sódio 25 mg/ml sol. Injetável ampola 3 mL.	2.600 amp.
108	Comprimido	Diclofenaco Sódico 50 mg comprimido.	12.500 cpr.
109	Comprimido	Digoxina 0,25 mg comprimido. Ref. = Digoxina	3.000 cpr.
110	Comprimido	Dimenidrinato 50 mg + Cloridrato de Piridoxina 10 mg comprimido.	2.000 cpr.
111	Ampola	Dimenidrinato 50 mg/ml + Cloridrato de Piridoxina 50 mg/ml sol. Injetável ampola 1 ml.	600 amp.
112	Ampola	Dimenidrinato 3 mg/ml + Cloridrato de Piridoxina 5 mg/ml + Glicose 100 mg/ml + Frutose 100 mg/ml sol. Injetável ampola 10 ml. Ref. = Dramin B6 DL	900 amp.
113	Comprimido	Dinitrato de Isossorbida 5 mg comprimido sublingual.	360 cpr.
114	Comprimido	Diosmina 450 mg + Hesperidina 50 mg comprimido. Ref. : Venaflon	1.500 cpr.
115	Comprimido	Diosmina 900 mg + Hesperidina 100 mg comprimido. Ref. : Daflon	1.500 cpr.
116	Ampola	Dipirona 500 mg/ml sol. Injetável ampola 2 mL.	7.800 amp.
117	Comprimido	Dipirona sódica 500 mg comprimido.	40.000 cpr.
118	Frasco	Dipirona sódica 500 mg/ml sol. Oral frasco 20 mL.	700 fr.



119	Comprimido	Divalproato de Sódio 500 mg comprimido liberação prolongada. Ref. = Depakote ER	1.000 cpr.
120	Comprimido	Divalproato de Sódio 75 mg comprimido liberação prolongada. Ref. = Depakote ER	500 cpr.
121	Seringa pré enchida	Enoxaparina sódica 60 mg/ 0,6 ml sol. Injetável seringa pré enchidas	04 seringas
122	Comprimido	Espironolactona 25 mg comprimido. Ref. = Aldactone	24.500 cpr.
123	Ampola	Etomidato 2 mg/ml sol. Injetável ampola 10 mL.	150 amp.
124	Comprimido	Fenitoína 100 mg comprimido.	3.000 cpr.
125	Ampola	Fenitoína sódica 50 mg/ml sol. Injetável ampola 5 mL.	100 amp.
126	Comprimido	Fenobarbital 100 mg comprimido.	10.800 cpr.
127	Ampola	Fenobarbital 200 mg/ml sol. Injetável ampola 1 mL.	100 amp.
128	Ampola	Fitomenadiona 10 mg/ml sol. Injetável EV ampola 1 ml	350 amp.
129	Cápsula	Fluconazol 150 mg cápsula.	800 cps.
130	Ampola	Fosfato de Clindamicina 150 mg/ml sol. Injetável ampola 2 mL.	600 amp.
131	Ampola	Fosfato Dissódico de Dexametasona 2 mg/ml sol. Injetável ampola 1 mL.	3.500 amp.
132	Ampola	Fosfato Dissódico de Dexametasona 4 mg/ml sol. Injetável ampola 2,5 ml.	4.800 amp.
133	Frasco	Fosfato Sódico de Prednisolona 3 mg/ml sol. Oral frasco 60 ml.	450 fr.
134	Cápsula	Fumarato de Formoterol 12 mcg + Budesonida 400 mcg cápsula gel dura pó inalatório – refil. Ref. = Alenia	2.000 cápsulas
135	Comprimido	Furosemida 40 mg comprimido. Ref. = Furosemida	36.000 cpr.
136	Ampola	Furosemida 10 mg/ml sol. Injetável ampola 2 mL.	1.500 amp.
137	Cápsula	Gabapentina 300 mg cápsula	3.000 cpr.
138	Comprimido	Glibenclamida 5 mg comprimido.	65.000 cpr.



139	Frasco	Glicerina 120 mg/ml (12%) p/ flet enema, frasco 500 ml c/ sonda retal sol. Retal.	100 frascos
140	Ampola	Gliconato de Cálcio 100 mg/ml (10%) solução injetável ampola 10 ml	100 amp.
141	Ampola	Haloperidol 5 mg/ml sol. Injetável ampola 1 ml.	100 amp.
142	Comprimido	Haloperidol 5 mg comprimido.	2.800 cpr.
143	Ampola	Heparina sódica 5.000 UI/ml sol. Injetável EV frasco ampola de 5 ml.	150 fr. Amp.
144	Comprimido	Hemifumarato de Quetiapina 100 mg comprimido.	1.200 cpr.
145	Comprimido	Hemifumarato de Quetiapina 200 mg comprimido.	500 cpr.
146	Comprimido	Hemifumarato de Quetiapina 50 mg comprimido.	500 cpr.
147	Comprimido liberação controlada	Hemifumarato de Quetiapina 50 mg comprimido de liberação controlada . Ref. : Quet XR	500 cpr.
148	Ampola	Hemitartarato de Epinefrina 1 mg/ml sol. Injetável ampola 1 ml.	600 amp.
149	Ampola	Hemitartarato de Norepinefrina 2 mg/ml sol. Injetável ampola 4 ml.	200 amp.
150	Comprimido	Hemitartarato de Zolpidem 10 mg comprimido.	20.000 cpr.
151	Seringa preenchida	Hialuronato de sódio 10 mg / 2,5 ml. Solução para preenchimento intra-articular. Seringas estéreis contendo solução injetável de hialuronato de sódio. Ref. : Suprahyl DUO	20 seringas preenchidas
152	Comprimido	Hidroclorotiazida 25 mg comprimido.	138.000 cpr.
153	Comprimido	Ibesartana 300 mg + Hidroclorotiazida 12,5 mg comprimido.	500 cpr.
154	Comprimido	Ibuprofeno 600 mg comprimido.	18.000 cpr.
155	Frasco	Ibuprofeno 50 mg/ml susp. Oral.	200 fr.



156	Seringa preenchida	Imunoglobulina Anti RhO (D) 150 mcg/ml sol. Injetável seringa pré enchida 2 mL.	04 seringas
157	Carpule	Insulina Degludeca 100 U/ml. Embalagem contendo um sistema de aplicação preenchido com 3 ml de solução injetável de insulina degludeca. Ref: Tresiba	60 carpules
158	Carpule	Insulina Humana NPH 100 UI/ml suspensão injetável em um sistema de aplicação preenchido.	50 carpules
159	Carpule	Insulina Humana Regular 100 UI/ml suspensão injetável em um sistema de aplicação preenchido.	25 carpules
160	Comprimido	Ivermectina 6 mg comprimido.	1.500 cpr.
161	Frasco	Lactulose 667 mg/ml suplemento alimentar líquido. Frasco 120 ml	100 frascos
162	Bolsa plástica	Levofloxacino 5 mg/ml solução injetável, bolsas plásticas 100 ml. Ref. = Levofloxacino	12 bolsas
163	Comprimido	Levotiroxina sódica 25 mcg comprimido.	28.000 cpr.
164	Comprimido	Levotiroxina sódica 50 mcg comprimido.	38.000 cpr.
165	Comprimido	Levotiroxina sódica 100 mcg comprimido.	10.720 cpr.
166	Ampola	Lidocaína 2% sem vasoconstritor sol. Injetável frasco ampola 20 ml.	350 fr. Amp.
167	Frasco	Loratadina 1 mg/ml xarope frasco 100 ml.	350 fr.
168	Comprimido	Loratadina 10 mg comprimido.	10.800 cpr.
169	Comprimido	Losartana Potássica 50 mg comprimido. Ref. = Losartana	226.560 cpr.
170	Comprimido	Maleato de Dexclorfeniramina 2 mg comprimido.	1.500 cpr.
171	Comprimido	Maleato de Enalapril 20 comprimido.	12.500 cpr.
172	Comprimido	Maleato de Enalapril 10 mg comprimido.	11.500 cpr.



173	Comprimido	Maleato de Levomepromazina 100 mg comprimido.	2.000 cpr.
174	Comprimido	Maleato de Levomepromazina 25 mg comprimido.	3.800 cpr.
175	Frasco	Mebendazol 20 mg/ml susp. Oral 30 ml	100 fr.
176	Comprimido	Metildopa 250 mg comprimido.	4.000 cpr.
177	Tubo	Metronidazol 100 mg/g geléia vaginal bisnaga 50 G.	150 bg.
178	Comprimido	Nifedipino 20 mg comprimido.	12.000 cpr.
179	Comprimido	Nifedipino 20 mg comprimido liberação prolongada.	49.000 cpr.
180	Frasco	Nimesulida 50 mg/ml susp. Oral frasco 15 ml.	200 fr.
181	Tubo	Nitrato de Miconazol 2% creme vaginal bisnaga 80 g.	200 bg.
182	Comprimido	Norfloxacin 400 mg comprimido.	1.000 cpr.
183	Cápsula	Omeprazol 20 mg cápsula gel dura.	56.000 cps.
184	Frasco Ampola	Omeprazol sódico 40 mg pó liof. p/ sol. Injetável +dil. 10 ml. Ref. : Oprazon	1.000 fr. Amp.
185	Comprimido	Oxalato de Escitalopram 20 mg comprimido.	1.000 cpr.
186	Frasco	Paracetamol 200 mg/ml susp. Oral frasco 15 ml.	350 fr.
187	Comprimido	Paracetamol 500 mg comprimido.	6.000 cpr.
188	Comprimido	Prednisona 20 mg comprimido. Ref. = Prednisona	8.500 cpr.
189	Comprimido	Prednisona 5 mg comprimido. Ref. = Prednisona	7.500 cpr.
190	Cápsula	Pregabalina 150 mg cápsula gel dura. Ref. = Prebictal	1.000 cpr.
191	Bisnaga	Propionato de Clobetasol 0,5 mg/G bisnaga 30 g.	600 bisnagas



192	Cápsula	Pregabalina 75 mg cápsula gel dura.	1.000 cpr.
193	Comprimido	Risperidona 1 mg comprimido.	2.000
194	Frasco	Risperidona 1 mg/ml suspensão oral. Frasco 30 ml	60 frascos
195	Comprimido	Secnidazol 1.000 mg comprimido. Ref. = Secnidazol	1.000 cpr.
196	Comprimido	Sinvastatina 20 mg comprimido.	138.600 cpr.
197	Comprimido	Succinato de Metoprolol 25 mg comprimido de liberação prolongada .	500 cpr.
198	Ampola	Succinato sódico de Hidrocortisona 100 mg pó liof.	600 fr. Amp.
199	Ampola	Succinato sódico de Hidrocortisona 500 mg pó Liof.	1.500 fr. Amp.
200	Tubo	Sulfadiazina de Prata 1% (10 mg/g) creme dermatológico bisnaga 50 g.	300 bg.
201	Comprimido	Sulfametoxazol 400 mg + Trimetropima 80 mg comprimido.	500 cpr.
202	Frasco	Sulfametoxazol 40 mg/ml + Trimetoprima 8 mg/ml susp. Oral frasco 100 ml.	50 fr.
203	Ampola	Sulfato de Atropina 0,25 mg/ml sol. Injetável ampola 1 ml.	240 amp.
204	Ampola	Sulfato de Magnésio 10% mg/ml sol. Injetável EV ampola 10 mL.	200 amp.
205	Ampola	Sulfato de Magnésio 50% mg/ml sol. Injetável EV ampola 10 mL.	200 amp.
206	Ampola	Sulfato de Morfina 10 mg/ml sol. Injetável ampola 1 ml.	200 amp.
207	Tubo	Sulfato de Neomicina 5 mg/g + Bacitracina 250 UI/g pomada dermatológica bisnaga 10 g.	450 bg.
208	Ampola	Sulfato de Terbutalina 0,5 mg/ml sol. Injetável ampola 1 ml. Ref. = Terbutil	150 amp.
209	Frasco	Sulfato Ferroso 125 mg/ml sol. Oral frasco 30 ml.	150 fr.
210	Comprimido	Sulfato Ferroso 40 mg comprimido.	16.000 cpr.



211	Supositório	Supositório de Glicerina, Glicerol 1,44 g infantil. Ref. = Glicerín	30 supositórios
212	Supositório	Supositório de Glicerina, Glicerol 2,68 g adulto. Ref. = Glicerín	30 supositórios
213	Ampola	Tartarato de Metoprolol 1 mg/ml sol. Injetável. Ref. = Seloken	100 amp.
214	Ampola	Tenoxicam 20 mg pó p sol. Injetável.	4.000 fr. Amp.
215	Comprimido	Valsartana 320 mg comprimido. Ref. : Brasart	500 cpr.
216	Spray	Dipropionato de Beclometasona 250 mcg/dose solução aerossol para uso inalatório com 200 doses.	40 sprays
217	Spray	Sulfato de Salbutamol 100 mcg/dose solução aerossol para uso inalatório com 200 doses.	40 sprays
218	Cápsula	Diosmina 450 mg + Hesperidina 50 mg comprimido revestido. Ref. = Venaflon	500 cápsulas
219	Spray	Furoato de Fluticasona 100 mcg + Trifenantato de Vilanterol 25 mcg/dose pó para inalação via oral composto por 2 (dois) trips com 30 doses. Ref. = Relvar Ellipta	15 sprays
220	Spray	Brometo de Umeclidínio 62,5 mcg/dose pó para inalação via oral acondicionado com dispositivo plástico com 30 doses. Ref. = Vanisto	15 sprays
221	Cápsula	Succinato de Desvenlafaxina 100 mg cápsula	2.500 cpr.
222	Cápsula	Succinato de Desvenlafaxina monoidratado 50 mg cápsula. Ref. : Pristiq	1.000 cpr.
223	Cápsula	Agomelatina 25 mg cápsula. Ref. : Valdoxam.	500 cpr.
224	Cápsula	Mesilato de Doxasozina 2 mg + Finasterida 5 mg cápsula dura. Ref. : Duomo HP.	500 cpr.
225	Comprimido	Empaglifozina 10 mg comprimido. Ref. : Jardiance	500 cpr.



226	Comprimido	Hemifumarato de Bisoprolol 10 mg comprimido. Ref. Concardio	1.000 cpr.
227	Comprimido	Rosuvastatina cálcica 20 mg comprimido.	740 cpr.
228	Comprimido	Rosuvastatina cálcica 40 mg comprimido.	1.800 cpr.
229	Comprimido	Pantoprazol sódico 40 mg comprimido.	840 cpr.
230	Comprimido	Domperidona 10 mg comprimido.	500 cpr.
231	Aparelho medidor de glicose	Aparelho medidor de glicose. Display: LCD; Memória: 500 resultados; Funções: Alerta de Hipoglicemia [60 a 80 mg/dL (3,3 a 4,4 mmol/L), a cada 10mg/dL]; Marca pré-refeição e pós-refeição; Alarme pós-refeição; Configuração de alarme (até 4 vezes); Média: Três tipos de médias específicas em 7, 14 e 30 dias (normal, pré-refeição, pós-refeição); Desligamento automático; Controles: 3 Botões; Tamanho: 47 x 95 x 17,5 (mm); Peso: 47,5g (Com Bateria); Fonte de energia: Bateria 3V tipo 2032; Temperatura de uso: 10°C – 45°C(50°F – 113°F); Umidade: 15 % – 90%; Hematócrito: 20 – 70%; Temperatura de transporte e armazenagem: –20°C a 60°C (–4°F a 140°F); Umidade (transporte e armazenagem):15 % a 95%. Ref.: G-TECH LITE	100 unidades
232	Tira regente para aferição de glicose	Tira reagente para aferição de glicose no sangue. Auto Code. Ref.: G-TECH LITE	48.000 unidades de tiras reagentes

2. JUSTIFICATIVA



2.1 A Rede de Saúde do Sistema único de Saúde no município caracteriza-se pela predominância de serviços públicos municipais (próprios), compostos por serviços de atenção básica e de média complexidade ambulatorial e hospitalar.

2.2. A Rede de Atenção Básica é composta por 1 (uma) unidade de saúde, desenvolvendo a estratégia de saúde da família. A Unidade Básica ESF 301 é referência para os Programas de Saúde, com atendimento de Tuberculose, Hanseníase, Idoso, Diabetes, Hipertensão Arterial, e outros.

2.3. A Rede de Atenção a Urgência e emergência é composta por serviço hospitalar prestada através da Unidade Mista de Saúde, CNES nº 2382148, que constitui porta de entrada da urgência e emergência do município de Panamá, contam com 7 (sete) leitos, Laboratório de Análises Clínicas. A unidade conta ainda com: Sala de Emergência, Sala de Exames Radiológicos, Salas de Exames e Terapias de Ultra - Sonografia.

2.4. A Assistência Farmacêutica no âmbito do município é composta pela assistência Farmacêutica Hospitalar e Assistência Farmacêutica Básica, que desenvolvem atividades relacionadas com medicamentos destinados a apoiar as demais ações de saúde, sendo responsáveis pela seleção, programação, armazenamento, distribuição, conservação, controle de qualidade, a difusão de informes sobre os medicamentos e a educação permanente dos profissionais de saúde, do paciente e da comunidade para assegurar o uso racional.

2.5. A seleção dos medicamentos se constitui em um processo de escolha daqueles medicamentos eficazes e seguros, imprescindíveis ao atendimento das necessidades da população, com a finalidade de garantir uma terapêutica medicamentosa de qualidade nos diversos níveis de atenção à saúde, não se trata apenas de promover o acesso a qualquer medicamento, mas sim promover o uso racional e seguro do mesmo.

2.6. Na assistência farmacêutica hospitalar foi adotada lista padronizada, elaborada pela equipe técnica (farmacêutica, equipe médica e equipe de enfermagem), amparada pela Comissão de Infecção Hospitalar, de acordo com o perfil do Centro de Saúde e da atenção básica do município.

2.7. Assistência Farmacêutica na Atenção Básica em Saúde é parte da Política Nacional de Assistência Farmacêutica do Sistema Único de Saúde – SUS, e envolvem um grupo de ações desenvolvidas de forma articulada pelo Ministério da Saúde, Secretarias Estaduais e Municipais de Saúde, para garantir o custeio e o fornecimento dos medicamentos e insumos essenciais presentes na RENAME vigente, destinados ao atendimento dos agravos prevalentes e prioritários da Atenção Básica. Seu financiamento e execução encontram-se normatizados pela [Portaria GM/MS nº 1.555 de 30 de julho de 2013](#).

2.8. O Componente Básico da Assistência Farmacêutica destina-se ao fornecimento dos medicamentos e insumos para o tratamento precoce e adequado dos problemas mais comuns e/ou prioritários, passíveis de atendimento em nível básico, incluindo aqueles relacionados a agravos e



programas de saúde específicos. A execução das ações e serviços de saúde do Componente Básico da Assistência Farmacêutica é centralizada, sendo a Responsável Técnica da Farmácia Básica responsável pela seleção, programação, aquisição, armazenamento (controle de estoque e prazos de validade), distribuição e dispensação dos medicamentos e insumos.

2.9. Além dos medicamentos da Atenção Hospitalar e da Atenção Básica, a Secretaria Municipal de Saúde dispensa aos usuários do SUS uma relação de medicamentos que não fazem parte desses componentes ou que não estão contemplados nos protocolos do Ministério da Saúde, mas que são solicitados por profissionais do SUS, e outros prescritos sem observância da lista padronizada, originando um processo administrativo de solicitação ou por demandas originadas do Ministério Público, através de ofícios solicitando a dispensação de medicamentos da rede particular e por determinação judicial.

2.10. Para que o usuário tenha acesso aos medicamentos da Atenção Básica é necessário apresentar receituário médico em duas vias (emitido por profissional pertencente à unidade federativa do Distrito Federal), documento de identificação e cartão SUS.

2.11. O medicamento pode ser retirado pelo próprio usuário ou por outra pessoa mediante documento de identidade comprovando ter a idade mínima de 18 (dezoito) anos.

2.12. No Programa Saúde da Mulher está incluso entre as ações do SUS que garantem a Assistência Farmacêutica na Atenção Básica. O financiamento e aquisição dos medicamentos contraceptivos e insumos pertencentes ao Programa Saúde da Mulher é responsabilidade do Ministério da Saúde.

2.13. Para que sempre haja o estoque de medicamentos utilizados na saúde mental, é necessário que seja feita uma aquisição adequada dos medicamentos na quantidade ideal para que esta não ultrapasse os limites de dispensação e percam por data de validação, para que não falte medicamento no estoque, já que estes pacientes não podem de forma alguma ficar sem a medicação.

2.14. A estimativa dessas necessidades representa um dos pontos cruciais do ciclo da assistência farmacêutica por sua relação direta com a disponibilidade e acesso dos usuários aos medicamentos e com o nível de estoque, perdas ou excesso desses produtos.

2.15. A estimativa para essa aquisição dos medicamentos utilizados por pacientes da saúde mental é feita baseada no livro de psicotrópicos, no qual são lançadas a entrada e saída de medicamentos do estoque da farmácia. Dessa forma, para que sejam dispensados do estoque é necessária a apresentação de receita de controle especial, a qual é retida e lançada no livro, para dar baixa no estoque deste medicamento. E através destes lançamentos tem-se a quantidade mensal de cada medicamento que é dispensado.

2.16. O cálculo dos medicamentos é feito baseado no estoque dispensado referente aos últimos três meses de cada medicamento. Em casos de medicamento no qual o estoque dispensado de cada



mês tenha ocorrido muita divergência, então são analisados dos últimos doze meses e calculado uma média. Em caso do medicamento, o qual seu estoque dispensado nos últimos três meses ter sido semelhante, é feito uma média dos últimos três meses e multiplicado por doze, tendo-se então um resultado X, o qual em alguns casos somado a uma porcentagem devido à observação de que o estoque dispensado foi crescente nos últimos meses.

2.17. A partir do estabelecimento das necessidades, iniciamos a emissão dos pedidos que devam incluir as especificações técnicas do medicamento a ser adquirido, bem como as demais exigências técnicas desejadas. Essas especificações devem conter as informações mais importantes de forma a assegurar que o medicamento tenha as características desejadas.

2.18. Essa etapa será realizada pela farmacêutica responsável pela Farmácia Básica, que deverão acompanhar o processo até a efetiva entrega do medicamento. Uma vez que o trâmite envolve vários setores da SMS, sendo esse monitoramento imprescindível para assegurar que o processo não apresente falhas.

2.19. Nesse sentido, justifica-se a presente licitação no atendimento as premissas constitucionais previstas no art. 196 da Constituição da República, onde reza que a saúde é um direito de todos e um dever do Estado, no art. 5º da Constituição Federal, onde é formalizado que é direito a vida de uma forma ampla, tendo em vista que sem saúde, não há uma vida digna, no art. 6º também da Constituição da República, onde reza que a saúde é um direito social e que será defendida da forma da Constituição.

2.20. Também se fundamenta no art. nº 2 da lei 8.080/90, onde preconiza o direito a saúde de todos e obrigando o Estado a prover condições indispensáveis ao seu pleno exercício e ainda, fundamenta-se no princípio da eficiência, previsto no art. 37 da nossa Carta Magna.

2.21. Fundamenta-se também no projeto Humaniza SUS, onde preconiza a humanização do atendimento, disponibilidade de meios para que os usuários do SUS (Sistema Único de Saúde) possam ter acesso a Saúde de forma ampla e humanizada.

2.22. Ademais o presente ato visa a contínua melhoria ao atendimento público, fazendo parte do conjunto de ações que viabilizam atendimento geral as Ações e Serviços na Assistência Integral a Saúde.

2. Modalidade da Contratação

3.1. Tendo em vista que o objeto a ser contratado possui padrões de desempenho e qualidade que são objetivamente definidos pelo edital e por este termo de referência, por meio de especificações usuais de mercado, a contratação será realizada por meio de pregão, em conformidade com o art. 28, I, da Lei 14.133, de 01 de abril de 2021.



3. Formas e Critérios de Seleção do Fornecedor

4.1. O fornecedor será selecionado mediante obtenção de propostas mais vantajosas para a Administração.

4.2. O Critério de seleção será o menor preço por item obtido nas propostas finais do certame.

4.3. O pagamento será realizado de forma parcelada de acordo com os itens entregues, em sua totalidade, no valor da nota fiscal, no prazo máximo de 10 (dez) dias após a emissão da nota fiscal e da entrega regular dos materiais.

4. Estimativas dos Preços

5.1. A estimativa prévia dos preços será obtida pelo Setor de Compras da Prefeitura, por meio de regras e critérios definidos no Decreto 38/2023, de 27 de março de 2023.

5.2. O valor total obtido na estimativa de preços fará parte do processo administrativo interno do certame e, na fase externa do certame, será sigiloso, de acordo com a justificativa apresentada neste Termo de Referência.

6. Valor Estimado Sigiloso

6.1. A Lei n. 14.133/2021 faz remissões à estimativa de custos como baliza procedimental necessária nas licitações públicas. O inciso XXII, alínea “i” do artigo 6º da referida lei determina que o Termo de Referência deverá conter estimativas do valor da contratação, acompanhadas dos preços unitários referenciais, das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte, com os parâmetros utilizados para a obtenção dos preços e para os respectivos cálculos, que devem constar de documento separado e classificado”

6.2. Ainda, o art. 24 da referida lei prescreve que, desde que justificado, o orçamento estimado da contratação poderá ter caráter sigiloso, sem prejuízo da divulgação do detalhamento dos quantitativos e das demais informações necessárias para a elaboração das propostas.

6.3. Desta forma, observa-se que a Lei 14.133/2021 estabelece uma competência **discricionária**, de forma que a autoridade responsável pela licitação decida se o orçamento estimado da contratação será ou não sigiloso. Isso porque, o art. 24 **não obriga**



a **adoção do caráter sigiloso**, mas apenas prevê que: “Desde que justificado, o orçamento estimado da contratação **poderá** ter caráter sigiloso”.

6.4. Essa discricionariedade encontra amparo também no inciso XI do art. 18 da Lei 14.133/2021, o qual prevê que a fase preparatória do processo licitatório deverá compreender, dentre outras informações, a motivação sobre o momento da divulgação do orçamento da licitação, observado o art. 24 da mesma Lei.

6.5. Optando por manter em sigilo o valor orçado da contratação, conforme dispõe o inciso I do art. 24 em comento, o sigilo não prevalecerá para os órgãos de controle interno e externo.

6.6. Atualmente, principalmente devido a instabilidade econômica, há excessiva dificuldade do Setor de Compras da Prefeitura na obtenção de estimativas que, de fato, refletem a realidade do mercado, podendo gerar, por inúmeras vezes, estimativas superfaturadas.

6.7. Porém, a dificuldade do setor de compras da Prefeitura em obter valores orçados, já que estes dependem, na maior parte das vezes, da participação de possíveis fornecedores, eleva os valores estimados, fazendo com que os preços médios sejam diretamente afetados e, consequentemente, resultando em estimativas além dos valores reais de mercado.

6.8. Por outro lado, realizar pesquisas de preços somente em banco de preços públicos, certamente praticados por outros municípios do Estado, acarretará normalmente valores estimados abaixo do preço de mercado, haja vista que esses preços normalmente estão bem abaixo do preço de mercado, devido à instabilidade econômica que o país vem enfrentando nos últimos anos. Procedendo desta forma, muitos itens licitados acabam por fracassados ou desertos.

6.9. Na prática, observou-se que ao divulgar o orçamento estimado, as licitantes costumam agir de duas formas. A primeira, sabendo que o valor estimado, o qual servirá de limite máximo aceitável na contratação, encontra-se abaixo do preço de mercado, deixam de ofertar seus preços, resultando em licitação deserta. A segunda, conhecendo o valor estimado que a Prefeitura está disposta a pagar, baseado em estimativa prévia, e este estando acima do preço de mercado, as empresas tendem a praticar os preços tendo como referência esse valor máximo estimado, não permitindo que as leis de mercado ajam na formação de preços a serem ofertados.

6.10. Quando da adoção do orçamento sigiloso, as empresas licitantes deverão apresentar sua proposta com base em suas próprias estimativas de custos, deixando de usar a referência de preços que a Administração disponibilizou. Força-se, assim, que as licitantes



tenham uma área profissional de orçamentação/custos, capaz de formar o preço de mercado da empresa para aquela realidade de contratação.

6.11. Conforme pacificado pelo TCU, no Acórdão 3011/2012 – Plenário, a adoção do orçamento sigiloso é medida discricionária, devendo o gestor adotar quando entender que essa restrição implicará na obtenção da proposta mais vantajosa, sendo de igual maneira discricionária, medida a ser afastada quando não tiver o condão de atrair melhores propostas.

6.12. Diante do exposto, por concluirmos ser mais vantajoso para a Administração e no sentido de evitar contratações com sobrepreço ou com preços manifestamente inexequíveis ou, ainda, superfaturados, o valor estimado da contratação será sigiloso, sem acesso às licitantes. Mantendo o sigilo até a fase da homologação.

7. Do Contrato.

7.1. O respectivo Contrato Administrativo será formalizado entre o FMS da Prefeitura de Panamá e a licitante vencedora, as cláusulas contratuais serão elaboradas pelo setor competente e deverá observar as regras deste Termo de Referência.

8. Descrição do Fornecimento dos Medicamentos

7.1. Os medicamentos serão entregues/prestados pelo(s) Licitante(s) vencedor(es) aos Departamentos solicitantes deste município parceladamente contar da assinatura da Ata de Registro de Preços, conforme solicitação do Secretário do Departamento competente

7.2. Somente serão aceitos produtos de boa qualidade e dentro da validade prevista no edital.

7.3. O prazo de vigência do presente será de 12 (doze) meses a partir de sua assinatura.

7.4. O prazo de entrega dos medicamentos será de 10 (dez) dias corridos, contados a partir do recebimento da Ordem de Fornecimento, podendo ser prorrogado a critério da Administração e mediante solicitação, por escrito, da contratada.

7.5. A entrega dos medicamentos será realizada pelo fornecedor na Farmácia Municipal da Secretaria de Saúde do Município de Panamá/GO, sem ônus da entrega, mediante conferência dos mesmos, de forma parcelada de acordo com a quantidade estipulada na



Autorização de Fornecimento.

7.6. Todos os produtos entregues serão recebidos e conferidos pela Farmácia Municipal, mediante indicação de responsável pela conferência, podendo participar da conferência representante do Conselho Municipal de Saúde, os quais deverão rejeitar no ato da entrega ou no momento em que for constatado a irregularidade entre o produto entregue e o produto contratado, bem como deverá informar ao fiscal do contrato designado de eventuais irregularidades, para que sejam adotadas as medidas legais cabíveis a depender do fato.

7.6. Os medicamentos deverão possuir prazo de **validade não inferior a 12 meses, a contar da data da entrega do produto, devendo os medicamentos serem entregues com prazo equivalente a, no mínimo, 75%** (setenta e cinco por cento) **de sua validade, contados da data de fabricação.**

7.7 Os produtos deverão estar em conformidade com as normas vigentes, inclusive de acondicionamento e armazenamento. Na entrega serão verificados os prazos de validade e o estado de conservação das embalagens.

7.8. O proponente vencedor deverá entregar, durante toda a vigência do contrato, a mesma marca dos produtos apresentados na proposta, poderá ser feita a troca de marca somente após autorização deste Município e comprovada a necessidade de troca através de documentos comprobatórios desde que não traga nenhum prejuízo para o Município.

7.9. A empresa vencedora ficará obrigada a trocar, a suas expensas, a mercadoria/medicamento que vier a ser recusada, sendo que o ato de recebimento não importará na aceitação.

7.10. A empresa contratada deverá informar na nota fiscal a identificação do número do lote e do prazo de validade dos medicamentos, nos termos do artigo 9º e 13, incisos VIII e X, da Portaria da Anvisa nº. 802/1998 c/c o artigo 1º, inciso I, da Resolução Anvisa RDC 320/2002.

7.11. No caso de medicamentos e alto custo, se houver, conforme estipulado no § 6 da cláusula primeira do Convênio nº 87/2002 – CONFAZ, será condição para liberação do pagamento que A CONTRATADA demonstre de maneira expressa a dedução do ICMS nas notas fiscais referentes às aquisições dos medicamentos que estão discriminados no Anexo único do referido convênio.



7.12. As propostas das empresas de medicamentos de alto custo, relacionados no anexo do Convênio CONFAZ nº 87/2002, quando houver, deverão apresentar suas propostas conforme estabelecido na tabela a seguir, a qual deverá constar no edital do certame. As notas fiscais também deverão apresentar a desoneração do ICMS.

7.13. As proponentes que apresentarem propostas para os medicamentos do termo de referência do edital que estão constantes no anexo único do Convênio CONFAZ nº 87/2002 deverá seguir o Modelo abaixo.

Lote	COD. BR	Descrição do lote	Qtd	Marca	Nº. da ANVISA	PREÇO COM ICMS (R\$)		PREÇO SEM ICMS(R\$)	
						Valor unitário	Valor total	Valor unitário	Valor total

7.14. A licitante deverá comprovar que possui Autorização de funcionamento da empresa participante do certame (AFE), expedida pela ANVISA – Agência Nacional de Vigilância Sanitária, em plena validade, quando competente ou através de comprovação de sua isenção, sendo que, Protocolos não serão aceitos. Em caso de pedido de revalidação da AFE efetuado pela licitante dentro do prazo legal (120 dias) antes do término de sua vigência vencimento, caso a ANVISA não tenha decidido sobre o pedido de revalidação antes do término do prazo da licença, considerar-se-á automaticamente prorrogada até a data da decisão emitindo nova autorização, somente neste caso, o protocolo será aceito, conforme o art. 22 do Decreto nº. 74.170 de 10/06/1974.

7.15. Caso o medicamento a ser fornecido contiver substâncias constantes da relação da Portaria nº. 344, a empresa deverá apresentar Autorização Especial de Funcionamento (AE) emitida pela ANVISA”.

7.16. Apresentar cópia do Comprovante de Registro na ANVISA dos medicamentos e materiais, conforme Lei nº 6.360, 23 de setembro de 1.976, também do Decreto nº 79.094 de 05 de janeiro de 1.977. Caso não haja obrigatoriedade do registro deverá apresentar Notificação, conforme RDC nº. 199 de 26/10/2006; se dispensado ou isento: apresentar da declaração de dispensa ou isenção de registro.

7.17. Alvará Sanitário expedido pelo órgão da Vigilância Sanitária Estadual ou Municipal da Distribuidora e/ou Fabricante, para exercer atividades de Comercialização e Venda



dos produtos/materiais. No caso do Distrito Federal, a licença deverá ser fornecida pelas Administrações Regionais;

8. Nome do Medicamento

8.1. Os medicamentos deverão ser adquiridos de acordo com a Denominação Comum Brasileira, disponível no site www.anvisa.gov.br (art. 3º. “caput” da Lei nº. 9.787/99).

8.2. Será (ao) adquirido (s) medicamento (s): de referência e/ou genéricos e similares, conforme a prescrição médica da receita feita a cada paciente, a qual será observada no pedido feito pela Secretaria ao fornecedor.

8.3. O fornecedor obriga-se a entregar os medicamentos solicitados pelo profissional farmacêutico da Secretaria Municipal de Saúde, de acordo com a integralidade do pedido, no que se refere a classificação dos medicamentos (referência, genérico ou similar) e a sua quantidade.

9. Registro Sanitário

9.1. Nenhum medicamento pode ser fabricado, comercializado ou distribuído para uso, sem o devido registro na ANVISA. Medicamentos sem registro, ou com registro vencido, devem ser comunicados a Vigilância Sanitária, para o recolhimento no mercado. O prazo de validade do registro de medicamentos é de cinco anos.

9.2. O (s) medicamento(s) similar(s) deverá (ao) atender à Legislação vigente para seu registro, de acordo com a Resolução RDC nº. 133, da ANVISA.

9.3. O fornecedor deverá manter junto ao órgão regulador (Vigilância Sanitária), todos os alvarás e inspeções atualizadas.

9.4. Caso o registro esteja vencido, deverá apresentar a solicitação feita ao Ministério da Saúde, juntamente com o registro vencido. A não apresentação do registro do Ministério da Saúde e o pedido de revalidação do medicamento (protocolo), implicará a rescisão parcial ou total do contrato e aplicação de penalidade.

10. Embalagem e Rotulagem

10.1. Medicamentos não devem ser recebidos, se as embalagens apresentaram sinais de violação, aderência ao produto, umidade, ou inadequação em relação ao conteúdo, e não estiverem devidamente identificadas. Devem estar de acordo com o que estabelece a legislação vigente.



10.2. Os medicamentos a serem fornecidos, de acordo com a Portaria n.º 2.814/GM, de 29 de maio de 1998, devem apresentar em suas embalagens a expressão: “PROIBIDO A VENDA NO COMÉRCIO”.

10.3. Os medicamentos genéricos devem apresentar na embalagem: Medicamento Genérico, dentro de uma tarja amarela e ter impressa a Lei n.º 9.787/99.

10.4 A marca dos medicamentos de referência e similar (es) deverá estar indicada no próprio produto ou em embalagem. Os genéricos deverão conter, em sua embalagem, logo abaixo do nome do princípio ativo que os identifica, uma tarja amarela com a letra “G” em destaque e a frase: “Medicamento Genérico – Lei n.º 9.787/99”.

10.5. Os medicamentos com identificação em desacordo com a legislação em vigor serão rejeitados quando da sua entrega.

10.6. As embalagens externas devem apresentar as condições corretas de armazenamento do produto (temperatura, umidade, empilhamento, etc.).

10.7. As embalagens devem ser acompanhadas das respectivas bulas e o texto e demais exigências legais previstas para o cartucho, rotulagem e bula devem estar em conformidade com a legislação do Ministério da Saúde e com o Código de Defesa do Consumidor (Lei Federal n.º 8.078/90).

10.8. As embalagens primárias individuais dos medicamentos (ampolas, Blisters, strips e frascos) devem apresentar o número do lote, data de fabricação e prazo de validade.

10.9. Considerando o sistema de dispensação adotado pela Secretaria Municipal de Saúde, seguindo a Portaria n.º. 212/93 e Resolução n.º. 80 de 11/05/06 (dose individualizada e/ou unitária) todos os medicamentos sólidos orais (comprimidos, cápsulas e drágeas) deverão ser fornecidos, preferencialmente, com unidades individualizadas ou com embalagens fracionáveis, que permitam a individualização ou dispensação em menores quantidades sem prejuízo para a qualidade do produto.

10.10. Todos os produtos em pó liofilizado para preparo de solução injetável – frasco/ ampola, deverão vir acompanhados de diluente conforme preconizado na literatura.



10.11. Os medicamentos que apresentarem recomendações sobre fotossensibilidade deverão ser apresentados em embalagens que proporcionem seu acondicionamento e dispensação individualizada em condições farmacológicas para consumo.

11. Das Condições de Entrega e Recebimento

11.1. Os medicamentos e materiais deverão ser entregues na Central de Abastecimento Farmacêutico da Secretaria Municipal de Saúde, Localizado na Avenida Getúlio Vargas, nº 540 – Centro – CEP: 75580-000, segunda a Sexta – Feira: 07h00min às 11h00min e das 13h00min às 15h00min, nos quantitativos e condições especificadas na Autorização de Fornecimento, devidamente acompanhado dos documentos fiscais respectivos (Nota fiscal e/ou Fatura), e serão recebidos por servidor integrante da Comissão Permanente de Recebimento de Mercadorias, sendo que a não observância destas condições, implicará na não aceitação do mesmo, sem que caiba qualquer tipo de reclamação ou indenização por parte da inadimplente.

11.2. O recebimento dos medicamentos e materiais se efetivará em conformidade com os ditames da Lei 14.133/2022.

11.3. A entrega dos medicamentos e materiais se dará a partir da solicitação do órgão, da Secretaria Municipal de Saúde, competente para esse fim, conforme sua necessidade.

11.4. O fornecedor está vinculado a fornecer estritamente os medicamentos e materiais discriminados na Ordem de Fornecimento, no contrato ou na nota de empenho, observando, principalmente sua dosagem, sob pena de rejeição, no ato da entrega da mercadoria em desacordo com o pedido de Licitação, contrato e nota de empenho.

11.5. No caso de medicamentos ou materiais interditados pela ANVISA, estes deverão ser substituídos imediatamente por outro lote, e em outros casos específicos, substituídos por medicamento ou material com a mesma ação terapêutica e mediante análise dos técnicos da Secretaria.

11.6. Os medicamentos que apresentarem recomendações preconizadas pelo fabricante sobre conservação em temperatura especial deverão ser transportados nessas condições.

11.7. Serão recusados os medicamentos ou materiais que não atendam às especificações constantes neste processo de compra e/ou que não estejam adequados para uso.



11.8. O fornecedor ficará obrigado a trocar, imediatamente, sem ônus para o Município, o medicamento ou material que vier a ser recusado.

11.9. Todas as entregas dos medicamentos e materiais fora do prazo estabelecido sem justificativa por escrito e aceita pela Administração, a contrata sofrerá as penalidades impostas pela legislação vigente.

11.20 Relativamente ao disposto na presente cláusula, aplica-se subsidiariamente, as disposições da Lei nº 8.078/90 – Código de Defesa do Consumidor.

11.21. O prazo de entrega dos medicamentos será de 10 (dez) dias corridos, contados a partir do recebimento da Ordem de Fornecimento.

11.22. Em atendimento ao art. 117 da Lei Federal 14.133/2021 fica indicado para exercer a função de fiscal de contratos titular a Sra. *Larissa Diniz Alexandre*.

12. Garantias

12.1. Não será exigida garantia na execução desse objeto.

12.2. As garantias dos equipamentos serão aquelas oferecidas pelos fabricantes de forma convencional, dada a qualquer produto de mesma natureza.

12.3. A garantia a ser exigida do fornecedor será a garantia legal estabelecida pelo Código de Defesa do Consumidor (CDC) de (30 dias - produtos não-duráveis), (90 dias - produtos duráveis) a partir da data de recebimento do produto, sem prejuízo de outra garantia complementar fornecida pelo licitante/fabricante em sua proposta comercial.

13. Das Obrigações das Partes

13.1. Da Contratada.

13.1.1. Fornecer os medicamentos nas quantidades, prazos e condições pactuadas – novos e de boa qualidade -, de acordo com as exigências constantes neste documento.

13.1.2. Emitir faturas no valor dos medicamentos efetivamente entregues e com as descrições constantes nesse Termo de Referência.



13.1.3. Atender prontamente as orientações e exigências inerentes à execução do objeto descrito no Edital.

13.1.4. Reparar, remover, refazer ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, os itens em que se verificarem defeitos, estragados, vencidos, deteriorados, ou incorreções resultantes da execução do objeto, no prazo máximo de 72 (setenta e duas) horas.

13.1.5. Assegurar ao CONTRATANTE o direito de sustar, recusar, mandar desfazer ou refazer qualquer serviço/produto que não esteja de acordo com as normas e especificações técnicas recomendadas neste documento.

13.1.6. Assumir inteira responsabilidade pela entrega dos medicamentos e materiais, responsabilizando-se pelo transporte, acondicionamento e descarregamento dos materiais.

13.1.7. Responsabilizar-se pela garantia dos materiais empregados nos itens solicitados, dentro dos padrões adequados de qualidade, segurança, durabilidade, vigência e desempenho, conforme previsto na legislação em vigor e na forma exigida neste termo de referência.

13.1.8. Responsabilizar-se pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do objeto deste Termo de Referência.

13.1.9. Não transferir para o CONTRATANTE a responsabilidade pelo pagamento dos encargos estabelecidos no item anterior, quando houver inadimplência da CONTRATADA, nem onerar o objeto deste Termo de Referência.

13.1.10. Manter, durante toda a execução do objeto, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

13.1.11. Entregar todos os itens e em sua totalidade dos medicamentos ou materiais descritos na Ordem de Fornecimento.

13.1.12. Responder pelos danos causados diretamente à CONTRATANTE ou aos seus bens, ou ainda a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do objeto.



13.1.13. Indicar pelo menos um representante da empresa para que a CONTRATANTE possa manter contatos sempre que possível, para tratar da entrega dos itens solicitados ou para resolver pendências referente ao objeto.

13.1.14. realizar a dedução do ICMS, daqueles medicamentos constantes no anexo único do convênio nº 87/2002 – CONFAZ, conforme estipulado no dital.

13.2. Da Contratante

13.2.1. Acompanhar e fiscalizar a entrega dos medicamentos, atestar nas notas fiscais/faturas o efetivo fornecimento do objeto deste Termo de Referência.

13.2.2. Rejeitar, no todo ou em parte os itens entregues, se estiverem em desacordo com a especificação e da proposta de preços da CONTRATADA.

13.2.3. Comunicar a CONTRATADA todas as irregularidades observadas durante o recebimento dos itens solicitados.

13.2.4. Notificar a CONTRATADA no caso de irregularidades encontradas na entrega dos itens solicitados.

13.2.5. Solicitar a correção, a remoção ou a substituição dos produtos em que se verificarem vícios, defeitos, incorreções, vencidos na entrega ou deteriorados.

13.2.6. Conceder prazo de 03 (três) dias úteis, após a notificação, para a CONTRATADA regularizar as falhas observadas.

13.2.7. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATADA.

13.2.8. Aplicar à CONTRATADA as sanções regulamentares.

13.2.9. Exigir o cumprimento dos recolhimentos tributários, trabalhistas e previdenciários através dos documentos pertinentes.

13.2.10. Disponibilizar local adequado para a realização da entrega.

13.2.11. Realizar o pagamento no prazo acordado, após a entrega regular dos equipamentos pelo fornecedor.



14. Penalidades

14.1. Pela inexecução total ou parcial do objeto contratado, a fornecedora poderá sofrer às seguintes penalidades, a ser aplicada pela autoridade competente, lhe concedendo sempre a garantia da prévia defesa:

- a) Advertência;
- b) Multa de até:
 - b.1) 0,3% (três décimos por cento) por dia, até o trigésimo dia de atraso, sobre o valor do objeto não executado;
 - b.2). 20% (vinte por cento) sobre o valor do fornecimento após ultrapassado o prazo de 30 dias de atraso, ou no caso de não entrega do objeto, ou entrega com vícios ou defeitos ocultos que o torne impróprio ao uso a que é destinado, ou diminua-lhe o valor ou, ainda fora das especificações contratadas;
 - b.3). 2% (dois por cento) sobre o valor total do contrato ou instrumento equivalente, em caso de descumprimento das demais obrigações contratuais ou norma da legislação pertinente.
- c) impedimento de licitar e contratar.
- d) Declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação, perante a própria autoridade que aplicou a punição, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Administração dos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no item anterior.

14.2. Na aplicação das sanções serão considerados:

- I - a natureza e a gravidade da infração cometida;
- II - as peculiaridades do caso concreto;
- III - as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- IV - os danos que dela provierem para a Administração Pública;



V - a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

15 - Recursos Orçamentários

12.1. As despesas para aquisição dos medicamentos correrão à conta das dotações orçamentárias consignadas no Processo Administrativo específico, referentes ao orçamento de 2024 e a classificação contábil da despesa ficará sob a responsabilidade técnica da Assessoria Contábil contratada pela Prefeitura.

Panamá/GO, 20 de maio de 2024.

Nayara Moema Carneiro Vidica
Secretário Municipal de Saúde



Anexo II

Ao

Pregoeiro Oficial

Processo Administrativo 755/2024

Pregão Eletrônico 001/2024

Município de Panamá – Goiás

MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL FINAL (licitante vencedor)

Apresentamos nossa proposta para fornecimento do objeto da presente licitação Pregão, na Forma Eletrônica nº ____/2024 acatando todas as estipulações consignadas no respectivo Edital e seus anexos.

IDENTIFICAÇÃO DO CONCORRENTE:

NOME DA EMPRESA:

REPRESENTANTE e CARGO:

ENDEREÇO e TELEFONE:

CNPJ e INSCRIÇÃO ESTADUAL:

CARTEIRA DE IDENTIDADE e CPF:

AGÊNCIA e Nº DA CONTA BANCÁRIA

PREÇO (READEQUADO AO LANCE VENCEDOR)

Deverá ser cotado, preço unitário e total por item, de acordo com o Anexo 01 do Edital.

PROPOSTA: R\$ (Por extenso)

CONDIÇÕES GERAIS

A proponente declara conhecer os termos do instrumento convocatório que rege a presente licitação.

PRAZO DE GARANTIA

A garantia deverá ser da seguinte forma: no mínimo ____ anos, a contar do recebimento definitivo do objeto pela Contratante.

LOCAL E PRAZO DE ENTREGA

De acordo com o especificado no Anexo 01, deste Edital.

Obs.: No preço cotado já estão incluídas eventuais vantagens e/ou abatimentos, impostos, taxas e encargos sociais, obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais e comerciais, assim



como despesas com transportes e deslocamentos e outras quaisquer que incidam sobre a contratação.

VALIDADE DA PROPOSTA COMERCIAL

De no mínimo, 60 (sessenta) dias contados a partir da data da sessão pública do Pregão.

LOCAL E DATA

NOME E ASSINATURA DO REPRESENTANTE DA EMPRESA

OBS: A INTERPOSIÇÃO DE RECURSO SUSPENDE O PRAZO DE VALIDADE DA PROPOSTA ATÉ DECISÃO.



Anexo III

Ao
Pregoeiro Oficial
Processo Administrativo 755/2024
Pregão Eletrônico 001/2024
Município de PANAMÁ – Goiás

TERMO DE ADESÃO AO SISTEMA DE PREGÃO ELETRÔNICO DA BLL - BOLSA DE LICITAÇÕES DO BRASIL

Natureza do Licitante (Pessoa Física ou Jurídica)	
Razão Social:	
Ramo de Atividade:	
Endereço:	
Complemento:	Bairro:
Cidade:	UF:
CEP:	CNPJ:
Telefone Comercial:	Inscrição Estadual:
Representante Legal:	RG:
E-mail:	CPF:
Telefone Celular:	
WhatsApp:	
Resp. Financeiro:	
E-mail Financeiro:	Telefone:
E-mail para informativo de edital	
ME/EPP: () SIM () Não	

1. Por meio do presente Termo, o Licitante acima qualificado manifesta sua adesão ao Regulamento do Sistema de pregão Eletrônico da BLL - Bolsa de Licitações do Brasil do qual declara ter pleno conhecimento, em conformidade com as disposições que seguem.
2. São responsabilidades do Licitante:
 - i. Tomar conhecimento de, e cumprir todos os dispositivos constantes dos editais de negócios dos quais venha a participar;



- ii. Observar e cumprir a regularidade fiscal, apresentando a documentação exigida nos editais para fins de habilitação nas licitações em que for vencedor;
- iii. Observar a legislação pertinente, bem como o disposto no Estatuto Social e nas demais normas e regulamentos expedidos pela BLL - Bolsa de Licitações do Brasil, dos quais declara ter pleno conhecimento;
- iv. Designar pessoa responsável para operar o Sistema Eletrônico de Licitações, conforme Anexo III.I
- v. Pagar as taxas pela utilização do Sistema Eletrônico de Licitações.

3. O Licitante reconhece que a utilização do sistema eletrônico de negociação implica o pagamento de taxas de utilização, conforme previsto no Anexo IV do Regulamento do Sistema Eletrônico de Licitações da BLL - Bolsa de Licitações do Brasil.

4. O Licitante autoriza a BLL – Bolsa de Licitações do Brasil a expedir boleto de cobrança bancária referente às taxas de utilização ora referidas, nos prazos e condições definidos no Anexo IV do Regulamento Sistema Eletrônico de Licitações da BLL - Bolsa de Licitações do Brasil.

5. O presente Termo é por prazo indeterminado podendo ser rescindido, a qualquer tempo, pelo Licitante, mediante comunicação expressa, sem prejuízo das responsabilidades assumidas durante o prazo de vigência ou decorrentes de negócios realizado e/ou em andamento.

O Licitante assume a responsabilidade de pagamento dos valores devidos até a data da última utilização do Sistema, e/ou até a conclusão dos negócios em andamento. Responsabilizando-se pelas informações prestadas neste Termo, notadamente as informações de cadastro, alterações contratuais e/ou de usuários do Sistema, devendo, ainda, informar a BLL - Bolsa de Licitações do Brasil qualquer mudança ocorrida.

Local e data: _____

(Assinaturas autorizadas)



Anexo IV

Ao
Pregoeiro Oficial
Processo Administrativo 755/2024
Pregão Eletrônico 001/2024
Município de PANAMÁ – Goiás

ANEXO AO TERMO DE ADESÃO AO SISTEMA ELETRÔNICO DE LICITAÇÕES DA BLL – BOLSA DE LICITAÇÕES DO BRASIL INDICAÇÃO DE USUÁRIO DO SISTEMA

Razão Social do Licitante:		
CNPJ/CPF:		
Operadores		
1	Nome:	
	CPF:	Função:
	Telefone:	Celular:
	Fax:	E-mail:
	WhatsApp	
2	Nome:	
	CPF:	Função:
	Telefone:	Celular:
	Fax:	E-mail:
	WhatsApp	
3	Nome:	
	CPF:	Função:
	Telefone:	Celular:
	Fax:	E-mail:
	WhatsApp	

O Licitante reconhece que:

- i. A Senha e a Chave Eletrônica de identificação do usuário para acesso ao sistema são de uso exclusivo de seu titular, não cabendo à BLL - Bolsa de Licitações do Brasil nenhuma responsabilidade por eventuais danos ou prejuízos decorrentes de seu uso indevido;
- ii. O cancelamento de Senha ou de Chave Eletrônica poderá ser feito pela BLL - Bolsa de Licitações do Brasil, mediante solicitação escrita de seu titular ou do Licitante;



- iii. A perda de Senha ou de Chave Eletrônica ou a quebra de seu sigilo deverá ser comunicada imediatamente à BLL – Bolsa de Licitações do Brasil para o necessário bloqueio de acesso;
- iv. O Licitante será responsável por todas as propostas, lances de preços e transações efetuadas no sistema, por seu usuário, por sua conta e ordem, assumindo-os como firmes e verdadeiros; e o não pagamento das taxas ensejará a sua inclusão no cadastro de inadimplentes da BLL – Bolsa de Licitações do Brasil, no Serviço de Proteção de Crédito e no SERASA e ao automático cancelamento de sua Senha ou de Chave Eletrônica.

Local e data: _____

(Assinaturas autorizadas)



Anexo V

Ao

Pregoeiro Oficial

Processo Administrativo 755/2024

Pregão Eletrônico 001/2024

Município de PANAMÁ – Goiás

CUSTO PELA UTILIZAÇÃO DO SISTEMA – SOMENTE PARA O FORNECEDOR VENCEDOR

Editais publicados pelo sistema de aquisição:

- 1,5% (Um e meio por cento) sobre o valor do lote adjudicado, com vencimento em 45 dias após a adjudicação – limitado ao teto máximo de R\$ 600,00 (seiscentos reais) por lote adjudicado, cobrados mediante boleto bancário em favor da BLL - Bolsa de Licitações do Brasil.

Editais publicados pelo sistema de registro de preços:

- 1,5% (Um e meio por cento) sobre o valor do lote adjudicado, com vencimento parcelado em parcelas mensais (equivalentes ao número de meses do registro) e sucessivas com emissão do boleto em 60(sessenta) dias após a adjudicação – com limitação do custo de R\$ 600,00 (seiscentos reais) por lote adjudicado, cobrados mediante boleto bancário em favor da BLL - Bolsa de Licitações do Brasil.

O não pagamento dos boletos acima mencionados sujeitam o usuário ao pagamento de multa de 2% e juros moratórios de 1% ao mês, assim como inscrição em serviços de proteção ao crédito (SPC/ SERASA e OUTRO) e cadastro dos inadimplentes da BLL – Bolsa de Licitações do Brasil e ao automático cancelamento de sua Senha ou de Chave Eletrônica.

Em caso de cancelamento pelo órgão promotor (comprador) do pregão realizado na plataforma, o licitante vencedor receberá a devolução dos valores eventualmente arcados com o uso da plataforma eletrônica no respectivo lote cancelado.

DA UTILIZAÇÃO DE CÉLULAS DE APOIO (CORRETORAS) ASSOCIADAS

A livre contratação de sociedades CÉLULAS DE APOIO (corretoras) para a representação junto ao sistema de PREGÕES, não exime o licitante do pagamento dos custos de uso do sistema da BLL – Bolsa de Licitações do Brasil. A corretagem será pactuada entre os o licitante e a corretora de acordo com as regras usuais do mercado.



DAS RESPONSABILIDADES COMO LICITANTE/FORNECEDOR

Como Licitante/Fornecedor, concordamos e anuímos com todos termos contidos neste anexo e nos responsabilizamos por cumpri-lo integralmente em seus expressos termos.

Local e data: _____

(Assinaturas autorizadas)



Anexo VI

Ao
Pregoeiro Oficial
Processo Administrativo 755/2024
Pregão Eletrônico 001/2024
Município de PANAMÁ – Goiás

DECLARAÇÃO

(Nome da Empresa)

CNPJ/MF Nº _____,

(Endereço Completo)

Declara, sob as penas da Lei, que na qualidade de proponente do procedimento licitatório, sob a modalidade Pregão Eletrônico nº _____ instaurada pela Prefeitura Municipal de PANAMÁ, Estado de Goiás, que não fomos declarados inidôneos para licitar ou contratar com o Poder Público, em qualquer de suas esferas.

Por ser expressão de verdade, firmamos a presente.

(Local e Data)

(Nome e Número da Carteira de Identidade do Declarante)

OBS. Esta declaração deverá ser emitida em papel timbrado da empresa proponente e carimbada com o número do CNPJ.



Anexo VII

Ao
Pregoeiro Oficial
Processo Administrativo 755/2024
Pregão Eletrônico 001/2024
Município de PANAMÁ – Goiás

DECLARAÇÃO

(Nome da Empresa)

CNPJ/MF Nº _____,

(Endereço Completo)

Declara, sob as penas da Lei, que até a presente data inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no presente processo e que está ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

(Local e Data)

(Nome e Número da Carteira de Identidade do Declarante)

OBS. Esta declaração deverá ser emitida em papel timbrado da empresa proponente e carimbada com o número do CNPJ.



Anexo VIII

Ao
Pregoeiro Oficial
Processo Administrativo 755/2024
Pregão Eletrônico 001/2024
Município de PANAMÁ – Goiás

DECLARAÇÃO

(Nome da Empresa)

CNPJ/MF Nº _____,

(Endereço Completo)

Declaro que não possuímos, em nosso Quadro de Pessoal, empregados menores de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e em qualquer trabalho, menores de 16 (dezesesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos, em observância ao Inciso XXXIII, do art. 7º da Constituição Federal e do Inciso VI, art. 68, da Lei 14.133/21.

(Local e Data)

(Nome e Número da Carteira de Identidade do Declarante)

OBS.

- 1) Esta declaração deverá ser emitida em papel timbrado da empresa proponente e carimbada com o número do CNPJ.
- 2) Se a empresa licitante possuir menores de 14 anos aprendizes deverá declarar essa condição.



Anexo IX

Ao
Pregoeiro Oficial
Processo Administrativo 755/2024
Pregão Eletrônico 001/2024
Município de PANAMÁ – Goiás

DECLARAÇÃO

(Nome da Empresa)

CNPJ/MF Nº _____,

(Endereço Completo)

Modelo de Declaração de Enquadramento em Regime de Tributação de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte. (Na hipótese do licitante ser ME ou EPP)

(Nome da empresa), CNPJ / MF nº, sediada (endereço completo) Declaro (amos) para todos os fins de direito, especificamente para participação de licitação na modalidade de Pregão Eletrônico, que estou (amos) sob o regime de ME/EPP, para efeito do disposto na LC 123/2006

Local e data

Nome e nº da cédula de identidade do declarante



Anexo X

Ao
Pregoeiro Oficial
Processo Administrativo 755/2024
Pregão Eletrônico 001/2024
Município de PANAMÁ – Goiás

DECLARAÇÃO

(Nome da Empresa)

CNPJ/MF Nº _____,

(Endereço Completo)

DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE

Declaramos para fins de atendimento ao que consta do edital do Pregão.....da Prefeitura Municipal de PANAMÁ, Estado de Goiás, que a empresa.....tomou conhecimento do Edital e de todas as condições de participação na Licitação e se compromete a cumprir todos os termos do Edital, e a fornecer material de qualidade, sob as penas da Lei.

Local e data:

Assinatura e carimbo da empresa:



Anexo XI

Ao
Pregoeiro Oficial
Processo Administrativo 755/2024
Pregão Eletrônico 001/2024
Município de PANAMÁ – Goiás

DECLARAÇÃO

(Nome da Empresa)

CNPJ/MF Nº _____,

(Endereço Completo)

Declara, sob as penas da lei, que na qualidade de proponente de procedimento licitatório sob a modalidade _____ nº _____, instaurada pelo Município de _____, não integra nosso corpo social, nem nosso quadro funcional empregado público ou membro comissionado de órgão direto ou indireto da Administração Municipal.

Por ser verdade, firmamos o presente.

Data _____

Local _____

Nome do declarante _____

RG _____

CPF _____

OBS. Esta declaração deverá ser emitida em papel timbrado da empresa proponente e carimbada com o número do CNPJ.



ANEXO XII Minuta do Contrato

CONTRATO ____/____.

**“CONTRATO DE FORNECIMENTO QUE ENTRE SI
CELEBRAM O _____ DE PANAMÁ E
_____ NA FORMA SEGUINTE:”**

Contrato que entre si celebram O _____ **DE PANAMÁ**, Estado de Goiás, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa situada _____, PANAMÁ, Goiás, inscrito no CNPJ sob o nº _____, neste ato representado pelo _____, portador do documento de identidade RG: _____ SSP/GO e inscrito no CPF sob o nº. _____, residente e domiciliado na cidade de PANAMÁ- GO, doravante denominado de **CONTRATANTE**, e de outro lado a empresa/licitante _____, (qualificação completa), doravante denominada de **CONTRATADA**, mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DOS FUNDAMENTOS:

1.1) A presente contratação fundamenta-se na Lei Federal 14.133/21, vinculando ao presente instrumento, como se transcritos estivessem, o Edital Pregão Eletrônico nº. ____/____, com seus anexos, e a proposta da CONTRATADA, adjudicada e homologada pelo CONTRATANTE.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO:

2.1) O presente contrato tem por objeto, nas quantidades e especificações abaixo descritas e no Termo de Referência anexo ao processo:

TABELA

CLÁUSULA TERCEIRA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

3.1) As despesas decorrentes desta contratação correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:



CLÁUSULA QUARTA – DO PREÇO E FORMA DE PAGAMENTO:

4.1) O valor global deste contrato é de R\$

_____.

4.2) O pagamento será até 10 (dez) dias, a partir da apresentação da nota fiscal e a emissão da nota de liquidação correspondente à entrega do material, devidamente atestados pelo gestor do contrato;

4.3) Caso o material entregue não corresponda ao licitado, o pagamento só será liberado após a sua substituição;

4.4) Nenhum pagamento será efetuado à licitante enquanto pendente de liquidação, qualquer obrigação que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito de reajustamento de preços ou correção monetária (quando for o caso);

4.5) Qualquer erro ou omissão ocorrido na documentação fiscal será motivo de correção por parte da CONTRATADA e haverá, em decorrência, suspensão do prazo de pagamento até que o problema seja definitivamente sanado.

CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES:

5.1) DA CONTRATANTE:

5.1.1) Efetuar o pagamento na forma e prazo previsto no instrumento contratual;

5.1.2) Acompanhar e fiscalizar por um representante da Administração, especialmente, a entrega do objeto desta licitação, podendo, no entanto, inspecionar os equipamentos e requerer a suspensão no caso de imprestabilidade dos objetos licitados, bem como o prazo de entrega dos materiais;

5.1.3) Descontar dos pagamentos que efetuar, os tributos a que esteja obrigado pela legislação vigente, fazendo o recolhimento das parcelas retidas nos prazos legais;

5.1.4) A inadimplência da Contratada, com referência aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transfere à Administração Pública a responsabilidade por seu pagamento, nem poderá onerar o objeto do contrato.

5.1.5) Poderá o CONTRATANTE sustar o pagamento, nos seguintes casos:

a) descumprimento das obrigações do CONTRATADO para com a CONTRATANTE;



- b) recusar o fornecimento dos bens licitados ao CONTRATANTE por quaisquer motivos;
- c) erros, omissões ou vícios na Nota Fiscal.

5.2 - DA CONTRATADA:

5.2.1) Cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

5.2.2) Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Termo de Referência ou seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes às especificações.

5.2.3) Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

5.2.4) Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, dentro do prazo a ser estabelecido pela contratante, o objeto com avarias ou defeitos;

5.2.5) Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

5.2.6) Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

5.2.7) Indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato.

5.2.8) Responsabilizar-se por todas as despesas, inclusive as referentes aos tributos, que incidam ou venha a incidir, diretamente e indiretamente sobre o objeto adjudicado.

5.2.9) Responsabilizar-se por qualquer acidente que venha vitimar seus empregados ou terceiros quando em serviço, por tudo quanto às leis trabalhistas e previdenciárias assegurem e demais exigências legais para o exercício da atividade, objeto do contrato de prestação de serviços, sendo que a sua inadimplência com referência a estes encargos não transfere a CONTRATANTE as responsabilidades de seu pagamento nem onera o objeto deste contrato.

5.2.10) Sujeitar-se a mais ampla e irrestrita fiscalização por parte da CONTRATANTE, através de servidores tecnicamente qualificados indicados por ordem de serviço, cumprindo todas as orientações, prestando todos os



esclarecimentos solicitados e atendendo as reclamações formuladas, para o fiel desempenho das atividades contratadas.

5.2.10.1) A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos.

5.2.10.2) O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

5.2.11) Adotar todos os critérios de segurança, tanto para os empregados quanto para a execução do fornecimento, inclusive as normas internas e de segurança no trabalho com fornecimento de equipamentos apropriados conforme legislação vigente;

5.2.12) Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada, sem prévio assentimento por escrito da Contratante.

CLÁUSULA SEXTA – DO PRAZO:

6.1) O prazo de vigência será até dia 14/06/2025, em conformidade com o art. 105, da Lei 14.133/21.

CLÁUSULA SÉTIMA – ENTREGA:

7.1) A entrega deverá ser feita em até 10 (dez) dias após a solicitação ou autorização de compra, por meio de transporte específico e adequado para tal finalidade, para que o objeto seja entregue em perfeitas condições de uso, podendo ser prorrogado a critério das partes.

7.2) Por ocasião da entrega, a **contratada** deverá colher na solicitação/autorização de compra, a data, o nome e assinatura do servidor responsável pelo recebimento.

7.3) O material entregue deverá estar em conformidade com a Autorização supracitada e de acordo com as especificações constantes no Edital.

CLÁUSULA OITAVA - DA EXTINÇÃO DO CONTRATO:



8.1) Configuram motivos para extinção do contrato as razões descritas nos art. 137 ao 139 da Lei 14.133/21.

8.2) A extinção do contrato poderá ser:

I - determinada por ato unilateral e escrito da Administração, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta;

II - consensual, por acordo entre as partes, por conciliação, por mediação ou por comitê de resolução de disputas, desde que haja interesse da Administração;

III - determinada por decisão arbitral, em decorrência de cláusula compromissória ou compromisso arbitral, ou por decisão judicial.

8.3) A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.

CLÁUSULA NONA – DAS ALTERAÇÕES/PRORROGAÇÕES:

9.1) DA ALTERAÇÃO – Qualquer modificação de forma, qualidade e quantidade (supressão ou acréscimo), poderá ser determinada pela Administração Pública ou por acordo das partes nos casos previstos no artigo 125, da Lei nº 14.133/21.

9.2) DA PRORROGAÇÃO – A vigência do contrato poderá ser prorrogada por acordo entre as partes, devendo, contudo, ser justificada e previamente autorizada pelo ordenador das despesas.

9.3) Toda alteração ou prorrogação deverá ser procedida por termo aditivo atendido ao disposto no art. 132, da Lei 14.133/21.

CLÁUSULA DÉCIMA– DAS PENALIDADES:

10.1) A Contratada que cometer qualquer das infrações discriminadas no termo de referência ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

a) Advertência por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a Contratante;



b) A multa moratória observada os seguintes limites:

b.1) 0,3% (três décimos por cento) por dia, até o trigésimo dia de atraso, sobre o valor dos itens solicitados e não entregues;

b.2) 2% (dois por cento) sobre o valor total do Contrato, em caso de descumprimento das demais obrigações contratuais ou norma da legislação pertinente;

b.3) 20% (vinte por cento) sobre o valor dos itens solicitados e não entregues, no caso de atraso superior a 30 (trinta) dias, ou entrega do objeto com vícios ou defeitos ocultos ou fora das especificações contratadas;

10.2.) As regras de aplicação das sanções e de seus procedimentos estão definidos no Termo de Referência.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA– DO FORO:

11.1) Fica eleito o foro da comarca de Panamá, Estado de Goiás, com renúncia de qualquer outro, para dirimir os eventuais litígios oriundos do presente contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:

12.1) O contrato poderá ser extinto nos termos da cláusula oitava, atendida a conveniência administrativa na ocorrência dos motivos elencados nos artigos 137 ao 139 da Lei nº 14.133/21.

12.2) Os casos omissos, assim como as dúvidas serão resolvidos com base na Lei nº 14.133/21, cujas normas ficam incorporadas ao presente instrumento, ainda que dela não se faça menção expressa, bem como na Legislação que rege as Normas Administrativas.

12.3) A presente contratação vincula-se em todos os seus termos ao edital de licitação e à proposta do licitante vencedor.

E por estarem de acordo, firmam as partes o presente instrumento, em 03 (três) vias de igual teor e forma, para os efeitos legais, perante 02 (duas) testemunhas.

PANAMÁ - GO, aos _____ dias do mês de _____ do ano de _____.



CONTRATANTE

CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

RG:

CPF:

RG:

CPF: